



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA, CONTABILIDADE E  
SECRETARIADO EXECUTIVO  
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

THIAGO COSTA HOLANDA

O PERFIL DO TRABALHADOR POBRE NO NORDESTE BRASILEIRO.

FORTALEZA

2013

THIAGO COSTA HOLANDA

O PERFIL DO TRABALHADOR POBRE NO NORDESTE BRASILEIRO

Monografia apresentada à Faculdade de Economia, Administração, Atuária, Contabilidade e Secretariado Executivo, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Fernando José Pires de Sousa

FORTALEZA

2013

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Biblioteca da Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade

---

H669p Holanda, Thiago Costa.  
Um perfil do trabalhador pobre no nordeste brasileiro / Thiago Costa Holanda - 2013.  
74 f. : il.

Monografia (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia,  
Administração, Atuária e Contabilidade, Curso de Ciências Econômicas, Fortaleza, 2013.  
Orientação: Prof. Dr. Fernando José Pires de Sousa.

1.Pobreza – Brasil, Nordeste 2.Trabalhadores 3.Renda I. Título

THIAGO COSTA HOLANDA

O PERFIL DO TRABALHADOR POBRE NO NORDESTE BRASILEIRO.

Esta monografia foi submetida à Coordenação do Curso de Ciências Econômicas, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas, outorgado pela Universidade Federal do Ceará – UFC e encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca da referida Universidade.

A citação de qualquer trecho desta monografia é permitida, desde que feita de acordo com as normas da ética científica.

Data da aprovação \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Nota

---

Prof. Dr. Fernando José Pires de Sousa

(Orientador)

Nota

---

Prof. Dr.

(Membro da Banca Examinadora)

Nota

---

Prof.

(Membro da Banca Examinadora)

Ao Salvador do mundo, Jesus Cristo.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, pelas inúmeras bênçãos em minha vida e a todos aqueles que foram instrumentos Dele para me fazer mais feliz.

“E todos que criam estavam juntos, e tinham tudo em comum.” (Atos 2.44, Bíblia Sagrada)

## RESUMO

Pobreza é um fenômeno que pode parecer, inicialmente, de determinação simples, mas é complexo e com multivariáveis envolvidas em suas análises, que tornam seu estudo repleto de questões não resolvidas pelos estudiosos da área. A pobreza do trabalhador é um campo de estudo ainda mais recente, com muitos conceitos em aberto e dados difíceis de serem coletados nas bases estatísticas nacionais, de forma que o termo “*working poor*” vem ganhando cada vez mais notoriedade no meio acadêmico. Nossa metodologia teve finalidade descritiva e comparativa, realizada a partir de uma revisão bibliográfica sobre o tema. Essa dissertação tem o objetivo de traçar um perfil desses trabalhadores no Nordeste brasileiro, levando em conta as variáveis mais relevantes, de acordo com a literatura pesquisada. Os resultados da pesquisa apontam o trabalhador pobre nordestino como um indivíduo do sexo masculino, casado, com idade entre os 19 e 29 anos e possuidor de um baixo nível de escolaridade (menos de 6 anos de estudo), além de outros aspectos detalhados ao longo do texto.

Palavras-chave: Pobreza, Mercado de Trabalho, Renda.

## **ABSTRACT**

Poverty is a phenomenon that may seem , initially , to determine simple but is complex and multivariable involved in their analyzes , which make your study full of unresolved issues by scholars in the field . The poverty of the worker is a field of study even more recent , with many concepts and open data difficult to collect national statistics on the bases , so that the term " working poor " is gaining more notoriety in academia. Our methodology was descriptive and comparative purposes , made from a literature review on the topic . This thesis aims to draw a profile of these workers in Northeast Brazil , taking into account the most relevant variables , according to the literature . The survey results indicate the working poor northeastern as an individual male , married , aged 19 and 29 years and possessed a low level of education (less than 6 years of schooling) , and other detailed aspects along the text.

Key-words: Poverty, Labor Market, Income.

## LISTA DE GRÁFICOS E QUADROS.

Gráfico 1 - Produto Interno Bruto <i>per capita</i> segundo as Grandes Regiões em 2008. ....	37
Gráfico 2 - Produto Interno Bruto <i>per capita</i> nos Estados do Nordeste em 2008.....	37
Gráfico 3 - Percentual dea População Desocupada de 2002 a 2011 (Meses de Março). ....	41
Gráfico 4a e 4b - Empregados e Desempregados por Raça/Cor. ....	46
Gráfico 5a e 5b - Empregados e Desempregados por Faixa Etária. ....	47
Gráfico 6 - Frequenta Instituição de Ensino por Empregados/Desempregados. ....	48
Gráfico 7a e 7b - Empregados e Desempregados por Rede de Ensino .....	49
Gráfico 8 - Renda Média Individual e Domiciliar para Grandes Regiões e Brasil. . ....	52
Quadro 1 - Quadro Comparativo das Principais Metodologias de Medição da Pobreza. ....	20
Quadro 2 - Síntese da Pesquisa sobre o Trabalhador Pobre no Nordeste brasileiro. ....	58

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Taxa Média Anual de Crescimento do PIB Real do Brasil e Região Nordeste – 1960-2009.....	34
Tabela 2 - das Grandes Regiões no Produto Interno Bruto do Brasil 2000-2008 .....	35
Tabela 3 - Composição Percentual do PIB dos Estados da Região Nordeste e Relação Nordeste/Brasil - 2000 - 2008. ....	36
Tabela 4 - População Residente, População Economicamente Ativa, População Ocupada, População Não Economicamente Ativa e Rendimento Médio Mensal Real por Grandes Regiões em 2009. ....	39
Tabela 5 - Índice de Gini da distribuição do rendimento mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade para as Grandes Regiões.....	39
Tabela 6 - Índice de Gini da distribuição do rendimento mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade para as Grandes Regiões.....	40
Tabela 7 - Quociente Locacional para Subsetores de Atividades (IBGE) no Nordeste. ....	41
Tabela 8 - Número Observações da PNAD 2009 por Estados do Nordeste, com porcentagens referentes ao Brasil e ao Nordeste .....	45
Tabela 9 - Rede de Ensino por Posição na Ocupação. ....	49
Tabela 10 - Condição Familiar por Empregados e Desempregados. ....	50
Tabela 11 - Tipo de Família por Empregados e Desempregados.....	51
Tabela 12 - Faixa de Rendimento Mensal Domiciliar per capita. ....	53
Tabela 13 - Faixa de Rendimentos dos Trabalhadores por Sexo .....	53
Tabela 14 - Faixa de Rendimento dos Trabalhadores por Raça/Cor. ....	54
Tabela 15 - Faixa de Rendimento dos Trabalhadores por Estado Civil. ....	54
Tabela 16 - Faixa de Rendimento dos Trabalhadores por Rede de Ensino. ....	55
Tabela 17 - Faixas de Rendimento dos Trabalhadores por Nível de Escolaridade. ....	55

Tabela 18 - Faixas de Rendimento dos Trabalhadores por Posição na Ocupação. ....	56
Tabela 19 - Faixa de Rendimento dos Trabalhadores por Contribuição para Previdência Pública no Nordeste. ....	57
Tabela 20 - Faixa de Rendimento dos Trabalhadores por Carga Horária de Trabalho Semanal no Nordeste. ....	57

## SUMÁRIO

LISTA DE GRÁFICOS E QUADROS .....	11
LISTA DE TABELAS .....	12
<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
1.1 Conceito de Pobreza.....	16
1.2 O Trabalhador Pobre .....	23
<b>2. NORDESTE BRASILEIRO: CARACTERÍSTICAS SÓCIOECONÔMICAS.....</b>	<b>29</b>
2.1 Formação Histórica.....	30
2.2 Terceira fase? .....	34
2.3 Mercado de Trabalho .....	38
<b>3. O TRABALHADOR POBRE NO NORDESTE BRASILEIRO.....</b>	<b>44</b>
3.1 Características Gerais da Força de Trabalho no Nordeste.....	45
3.2 Educação.....	47
3.3 Condição Familiar .....	50
3.4 Renda .....	52
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>59</b>
REFERÊNCIAS .....	60

## 1. INTRODUÇÃO

A pobreza tem se revelado um problema generalizado no capitalismo global. Hoje, independente do nível de desenvolvimento que um país tenha alcançado, esse problema tem se mostrado cada vez mais crescente. Estima-se que em 2010, 1,1 bilhão de pessoas em nível mundial tenham níveis de consumo inferiores a 1 dólar por dia e que 2,7 bilhões tenham um nível inferior a 2 dólares.<sup>1</sup> Isso tem feito a pobreza ser uma das mais vis condições a qual o ser humano pode ser submetido.

Dessa forma, um dos maiores desafios desse século é lutar contra a pobreza e a exclusão social, na medida em que ferem os direitos fundamentais dos seres humanos e destroem uma considerável porcentagem do capital humano potencial. Em 2000, a ONU definiu como um dos objetivos para o desenvolvimento do Milênio o combate a este problema, definindo o grande desafio da meta de redução da pobreza extrema para a metade, até 2015. A partir da Cimeira de Lisboa (2000), a União Européia passou a assumir essa problemática como central no processo de construção do Continente, priorizando o objetivo da coesão social no mesmo nível do crescimento econômico e do emprego. A pobreza está presente em praticamente todos os países e, de acordo com o Human Development Report de 2007, entre o final da década de 1990 e o ano de 2006 9,9% dos brasileiros viviam com o equivalente de menos de 1 dólar por dia – medido pela paridade do poder de compra. Na África Subsaariana aproximadamente metade da população vivia com menos de 1 US\$ por dia, na Ásia Meridional algo em torno de 36% da população encontrava-se em situação semelhante. Considera-se, ainda, que mesmo com uma vasta disponibilidade de dados estatísticos existentes sobre a pobreza e exclusão social, ainda assim eles não revelam, por si só, a profundidade e as dimensões destas mazelas, permitindo apenas uma ideia aproximada da realidade.

Esse quadro tem gerado profundos desequilíbrios locais, nacionais e globais. Esse último tem se mostrado evidente no aumento crescente de imigrantes de países do hemisfério sul. Muitos já lançam a tese de não ser possível (pelo menos no sistema em que se vive hoje) acabar com a pobreza, de tão enraizada que ela se encontra em todas as sociedades. Esse fenômeno é um mal que atinge não somente aqueles que estão inseridos nessa condição, mas também o restante da sociedade, mesmo indiretamente, pois as condições de pobreza geram

---

1 O Banco Mundial define como pobreza extrema a sobrevivência com menos de 1 dólar por dia e pobreza moderada (ou média) sobreviver com um valor entre 1 e 2 dólares por dia. Essas estimativas foram retiradas do banco de dados on-line do Banco Mundial, disponível em: <http://data.worldbank.org/>

enormes perdas de capital humano, instabilidade social (como o aumento da criminalidade), incidência de doenças e degradação de recursos naturais.

Números alarmantes como os que foram citados anteriormente têm levado estudiosos e instituições a estudar o problema da pobreza sob vários aspectos, o que tem enriquecido bastante o campo teórico sobre o assunto, bem como suscitando diversos debates.

Assim, a problemática que será desenvolvida ao longo desse trabalho gira em torno do seguinte questionamento: qual o perfil do trabalhador pobre no Nordeste brasileiro e de que forma essa classe tem participado do desenvolvimento econômico da região?

Para tanto, será traçado esse perfil segundo a base estatística utilizada por esse trabalho, sendo esse o objetivo principal. Como objetivos específicos, tem-se: fazer um levantamento das variáveis mais importantes na determinação dos trabalhadores pobres e coletar dados relativos ao mercado de trabalho e verificar seu desempenho na conjuntura econômica atual.

Esse trabalho divide-se em três capítulos. No primeiro, se fará a fundamentação teórica do problema, com o levantamento bibliográfico do tema e suas respectivas abordagens conceituais. No segundo, será feita uma abordagem geral sobre o Nordeste, sua formação histórica, problemáticas estruturais e perspectivas futuras, sob a ótica do mercado de trabalho. Por fim, no terceiro capítulo, serão analisados os resultados obtidos através dos dados, também será traçado o perfil dos trabalhadores pobres na região.

## **1.1 Conceito de pobreza**

A pobreza é um fenômeno sócio-econômico, histórico e que apresenta um alto grau de complexidade. Isso se deve ao forte componente subjetivo e ideológico que esse fenômeno carrega, por isso, não se pode ceder à “tentação” de encará-lo de uma forma simplista, como muitos fazem.

Diferentes métodos e teorias já tentaram explicar o que causa a pobreza. Até meados do século XIX, o pensamento dominante dizia que era um problema natural e inevitável, cuja responsabilidade era do indivíduo que se encontrava em tal posição, e somente se tornava um problema social a partir do momento em que os pobres se rebelassem e ameaçassem a ordem estabelecida. Após a crise de 1929, a pobreza passou a ser encarada como um problema de alocação da força de trabalho e, para resolver isso, precisava-se estimular a demanda por trabalho. O Estado, então, passou a combater a pobreza com políticas econômicas

expansionistas, buscando o pleno emprego<sup>2</sup>. Assim, com o fim do desemprego, todos os indivíduos estariam com renda o suficiente para atender às suas necessidades. Porém, a experiência mostra que crescimento econômico não, necessariamente, reduz a pobreza. Alguns países têm alcançado altas taxas de crescimento sem, contudo, diminuir o número de pessoas que se encontram nessa condição (MARTINI, 2009).

Hoje, o tema tem tomado novas dimensões e ocupado seu espaço em círculos acadêmicos e instituições no mundo inteiro. Apesar do amadurecimento que houve no entendimento do fenômeno, ainda há muitas controvérsias a serem resolvidas e não se está perto de um consenso. De acordo com estudos de Garcia e Tumolo (2009), existem três matrizes teóricas que tentam explicar a pobreza.

A primeira matriz é a liberal/neoliberal, cujo fundamento está assentado sobre os princípios de livre mercado, onde se acredita que a pobreza decorre da mal e ineficiente intervenção do Estado na economia, considerando que este não tem a capacidade de decidir o que é melhor para aqueles que se encontram nessa condição. A segunda é a social-democrata, que consegue exercer um vasto domínio nos campos teórico e político, porém, apesar de se contrapor ao liberalismo/neoliberalismo, adota os seus princípios fundamentais, e suas propostas difere-se apenas no que diz respeito ao papel do Estado. Por último, a terceira matriz é a marxista, que analisa o problema a partir da lógica da produção e reprodução do capital, onde se entende que o mercado (cada vez mais alcançando todas as dimensões da vida em sociedade) e a globalização têm excluído a maior parte da população mundial ao acesso aos benefícios do desenvolvimento. Nesse sentido, vale citar uma interessante observação da OIT apud Buss (2006, p. 19), onde

*(...) o processo de globalização atual está produzindo resultados desiguais entre os países e no interior dos mesmos. Está criando riquezas, mas são demasiados os países e as pessoas que não participam dos benefícios [...]. Muitos deles vivem no limbo da economia informal, sem direitos reconhecidos e em países pobres, que subsistem de forma precária e a margem da economia global. Mesmo nos países com bons resultados econômicos muitos trabalhadores e comunidades têm sido prejudicados pelo processo de globalização.*

Percebe-se, então, que há uma controvérsia teórica para analisar essa questão, pois, como já foi mencionado, isso se dá em razão do forte componente ideológico que está embutido nas várias correntes. Sabe-se, porém, que a pobreza está diretamente ligada ao

---

2 É interessante notar que a temática principal desse trabalho confronta diretamente a matriz social-democrata, tendo em vista o conceito de trabalhadores pobres, que será visto mais adiante.

processo de privação, indivíduos que não têm acesso a determinados bens básicos. Então, para conceituar pobreza é inevitável que se faça a seguinte pergunta: “O que falta a uma pessoa para que ela possa ser considerada pobre?”. Para respondê-la, se fará um esforço para lançar uma definição que seja base para dessa pesquisa no decorrer deste trabalho e, para tanto, vai se valer do que diz Rocha (2003, p. 9):

*Pobreza é um fenômeno complexo, podendo ser definido de forma genérica como a situação na qual as necessidades não são atendidas de forma adequada. Para operacionalizar essa noção ampla e vaga, é essencial especificar que necessidades são essas e qual nível de atendimento pode ser considerado adequado. A definição relevante depende basicamente do padrão de vida e da forma como as diferentes necessidades são atendidas em determinado contexto socioeconômico. Em última instância, ser pobre significa não dispor dos meios para operar adequadamente no grupo social em que se vive.*

Nessa definição, encontra-se, novamente, a importância de especificar quais necessidades não estão sendo atendidas. Nos estudos sobre pobreza, também é fundamental levar-se em conta as variáveis tempo e espaço, disso decorre os já clássicos conceitos de *pobreza relativa* e *pobreza absoluta*. Em termos absolutos, refere-se à pobreza do indivíduo de forma descontextualizada, levando em conta se suas necessidades básicas estão ou não sendo supridas, ou seja, considerando que um indivíduo não consome o mínimo necessário para sobrevivência humana independente do ambiente em que está inserido. Essa forma de visualizar a pobreza traz diversos aspectos positivos, pois permite mensurar (geralmente, com a definição de uma linha de pobreza) e permite comparações entre países e regiões. Porém, como já mencionado há pouco, as variáveis tempo e espaço desempenham papéis fundamentais. Uma pessoa que vive com um determinado nível de renda num certo país desenvolvido pode ser considerada pobre aos olhos de seus conterrâneos, mas ao se deslocar para outro país não desenvolvido, pode ser encarado como uma pessoa de renda elevada, devido à diferenças socioeconômicas e outros fatores de ordem estrutural. Também se verifica que um indivíduo que hoje tem uma determinada renda, se no futuro esta permanecer constante, e havendo o processo inflacionário, a renda desse indivíduo será corrigida pela inflação<sup>3</sup>. Para tanto, surgiu o conceito de pobreza relativa, levando em conta que as sociedades, de certa forma, impõem necessidades diferentes para seus indivíduos<sup>4</sup>, isso afeta

3 Não levando em consideração os reajustes salariais que, geralmente, são concedidos pela legislação dos países.

4 Evidentemente, leva-se em conta que há necessidades básicas que são universais, como alimentar-se, vestir-se. Porém, há uma série de outras também fundamentais que se diferenciam em cada sociedade, como o lazer, trabalho, entre outros.

diretamente o convívio social dos mesmos.

Como visto, pobreza é, em suma, uma situação de privação. Para saber-se o que está em falta é importante fazer comparações. Assim, é necessário a utilização de instrumentos de medidas que possam captar e identificar os indivíduos pobres, conforme Lemos (2008). Com esse objetivo, a teoria tem apresentado, principalmente, 3 abordagens distintas para identificar essas necessidades, são elas:

- i) Abordagem da renda: onde o principal critério estabelecido para estabelecer a pobreza é a renda monetária do indivíduo. Geralmente essa abordagem é evidenciada pela linha da pobreza, largamente utilizada por instituições como Banco Mundial e CEPAL.
- ii) Abordagem das necessidades básicas (*basic needs*): de acordo com essa concepção, as necessidades podem ser divididas em dois grupos. Primeiro, as necessidades de consumo privada, de cada família, como, por exemplo, alimentação e vestuário. Em segundo, necessidades que apesar de também beneficiarem as famílias em particular, possuem muito mais um caráter comunitário como, por exemplo, acesso á água potável, educação, saúde e saneamento e acesso a energia elétrica (Martini, 2009).
- iii) Abordagem das Capacidades: essa abordagem, mais recente, é baseada nas publicações de Amartya Sen, prêmio Nobel de Economia em 1998. Seu pensamento se baseia no fato de que muitas variáveis podem afetar a relação renda-capacidades, dentre elas, quatro se destacam: i) idade (necessidades específicas de idosos, por exemplo); ii) papéis sociais (obrigações familiares, entre outros); iii) localização geográfica; iv) condições epidemiológicas. Dessa forma, pode-se entender que a pobreza é, de fato, mais “intensa” do que somente uma simples medição monetária. Ou, como afirma Burlandy e Azevedo (2010, p. 22):

*...(Amartya Sen) acredita que maiores capacidades para viver a vida tendem a aumentar o potencial de uma pessoas para ser mais produtiva e auferir renda mais elevada. O aumento na capacidade conduz a uma elevação na disposição de angariar renda e não o contrário.*

Destarte, nota-se que a complexidade embutida no conceito de pobreza traz dificuldades no que diz respeito a definir uma metodologia de pobreza única. Há uma clara tendência a preferir o uso das medidas monetárias por boa parte da literatura, bem como de

várias instituições. Mas porque há essa tendência? O que leva pesquisadores (que evidentemente reconhecem a multidimensionalidade da pobreza) a insistir no uso de uma única variável para mensuração de tão complexo fenômeno? Encontram-se, na literatura<sup>5</sup>, algumas razões que explicam o porquê disso, enumera-se algumas delas a seguir:

- a) Altíssimo grau de correlação existente entre a renda e privação de serviços essenciais. Levando em conta que todas as necessidades, na sociedade capitalista, são satisfeitas pelos termos de troca monetários, entende-se que a renda é, de fato, determinante para identificar a pobreza de um indivíduo.
- b) Dificuldade que há em mensurar outros dados não-monetários.
- c) Ainda não há uma metodologia adequada para agregar e ponderar, de forma eficiente, as várias dimensões da pobreza.
- d) A renda é, ainda, a única variável que permite facilmente a comparação entre regiões e países.

Devido a essas razões, há uma clara preferência por parte de muitos em continuar utilizando a abordagem da renda para mensurar e comparar a pobreza. O Quadro 1 apresenta um levantamento acerca das principais medidas de pobreza utilizadas em nível de Brasil e Mundo, com seus respectivos autores (ou instituições), vantagens, desvantagens.

<b>Autor(es)</b>	<b>Critério</b>	<b>Vantagens</b>	<b>Desvantagens</b>
Rocha (2003)	<i>Renda Domiciliar Per Capita</i> : trata-se do somatório de todas as rendas (trabalho, pensões, entre outras) percebidas por todos os membros da família, dividido pelo número de membros na família.	i) Se aproxima mais da realidade, pois leva em consideração os gastos dos indivíduos com a família, dado que existem membros da família que não tem renda própria.	i) Tende a igualar todos os indivíduos em termos de necessidades, o que não é verídico. Uma criança tem o mesmo peso que um idoso ou adulto no orçamento familiar.
Hoffmann (2001)	Percentual da população com renda familiar per capita inferior a 1/4 do SM. (R\$ 46,15 em setembro de 1999)	i) Medição mais prática e transparente	i) Valor do Salário Mínimo não é uma medida adequada das necessidades básicas da população. ii) Mesma linha para o país, não leva em conta a diferença no custo de vida entre as regiões.

5 Para mais detalhes, ver alguns autores que tratam do assunto: (BAGOLIN; COMIN, 2012), (BARROS; CARVALHO; FRANCO, 2007) e (LEMONS; 2008).

Banco Mundial (2000)	<i>Linha de Pobreza:</i> pessoas com rendimento inferior a US\$ 1,00 por dia.	i) Permite comparações internacionais diretas.	i) Não leva em consideração a diferença de custo de vida entre países e dentro do país. ii) Taxa de câmbio pode ter grande variação ao longo do tempo.
IPEA (2007)	<i>Linha de Indigência do IPEA</i> (em 1999 varia de R\$ 20,37 - Centro-Oeste a R\$ 41,86 - RMRJ)	i) Série histórica longa, bastante detalhada, sendo referência nacional para estudos de pobreza.	i) Utiliza a mesma estrutura de consumo regional entre áreas urbanas e rurais do Endef de 1974/75.
Bird – Pochmann (2006)	<i>Linha de Pobreza:</i> pessoas com rendimento inferior a US\$ 2,00 por dia.	i) Permite comparações internacionais diretas.	i) Não leva em consideração a diferença de custo de vida entre países e dentro do país. ii) Taxa de câmbio pode ter grande variação ao longo do tempo.
FGV (2010)	<i>Linha de Pobreza:</i> estimada em R\$ 80,00 por mês per capita.	i) Permite comparações internacionais diretas	i) Não leva em consideração a diferença de custo de vida entre países e dentro do país.
FAO (2003)	Parte da disponibilidade de alimentos no país e calcula o número total de calorias per capita disponíveis (produção local menos o saldo comercial agrícola e estoques de alimentos). Em seguida, utiliza indicadores de consumo alimentar ou da própria distribuição de renda para estimar a desigualdade de acesso aos alimentos e obtém a porcentagem da população cujo consumo alimentar está abaixo das necessidades mínimas previamente definidas, consideradas pessoas subnutridas.	i) Leva em consideração a alimentação, que é hoje ignorada por muitos índices e é uma necessidade global.	i) é considerada pouco precisa, pois parte-se dos dados de disponibilidade total calórica, desconsiderando, por exemplo, as perdas agrícolas, no processamento agroindustrial e no transporte. Segundo a própria FAO, o método tende a subestimar o número real de subnutridos do país, prestando-se mais para as comparações entre países.

<p>PNUD (2003)</p>	<p><i>Índice de Pobreza Multidimensional:</i> As três dimensões do IPM se subdividem em dez indicadores: nutrição e mortalidade infantil (saúde); anos de escolaridade e crianças matriculadas (educação); gás de cozinha, sanitários, água, eletricidade, pavimento e bens domésticos (padrões de vida). Uma família é multidimensionalmente pobre se sofre privações em, pelo menos, 30% dos indicadores (cada divisão vale um terço).</p>	<p>i) Índice recentemente criado. Ainda não há críticas suficientes na literatura para medir sua eficiência.</p>	<p>i) O IPM aponta privações em educação, saúde e padrão de vida, as mesmas do IDH e pode ajudar a canalizar os recursos para o desenvolvimento de forma mais eficaz.</p>
<p>Lemos (2007)</p>	<p><i>Índice de Exclusão Social:</i> é estimado a partir de privações, em sua composição entram o percentual da população que não tem acesso a água encanada, esgotamento sanitário, serviço de sistemática de lixo, percentual da população acima de 10 anos analfabeta, e percentual da população que sobrevive com renda total entre zero e dois salários mínimos.</p>	<p>i) Multidimensional, leva em consideração diversos aspectos, além da renda. ii) Pode ser usado para hierarquizar municípios e estados.</p>	<p>i) Não leva em consideração a diferença de custo de vida entre países e dentro do país. ii) Os dados só podem ser obtidos através de pesquisas mais robustas, como o Censo.</p>

QUADRO 1 – Quadro Comparativo das Principais Metodologias de Medição da Pobreza

Fonte: Elaboração própria do autor através de levantamento bibliográfico sobre o tema.

Enfim, viu-se, de forma resumida, algumas considerações sobre o fenômeno da pobreza, um problema que tem assolado demasiadamente milhões de pessoas no mundo. Há quem acredita ser impossível de se remediar utilizando-se do atual modo de produção capitalista, há outros que crêem ser possível acabar com a pobreza extrema até 2025<sup>6</sup>. Países têm adotado estratégias diversas para combater o problema, alguns adotam programas vultuosos de transferência de renda (geralmente, com alguma condicionalidade) para impulsionar o consumo das famílias ou indivíduos. Outros seguem a estratégia de proteger seus mercados nacionais por acreditar que suas indústrias precisam estar protegidas para poderem se desenvolver, há ainda quem faça exatamente o oposto, abrindo, demasiadamente, seus mercados como forma de atrair capital, indústrias e serviços estrangeiros.

6 Tese defendida por Jeffrey Sachs em seu livro *O Fim da Pobreza: Como acabar com a miséria mundial nos próximos vinte anos*, São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

É fato que a maioria dos países ricos contam com Estados de Bem Estar Social e que, para financiar seus gastos, esses países precisam manter elevados impostos sobre seus residentes. Os três impostos que mais financiam o “*Welfare-State*” são: imposto de renda, impostos sobre salários e impostos indiretos. O curioso é que a experiência mostra que boa parte desses impostos têm recaído muito mais sobre a força de trabalho do que sobre o capital. Isso mostra, em certo grau, que se tem tributado muito mais dos trabalhadores do que as demais fontes de recursos para financiar os gastos com proteção social. (Kemmerling, 2009)

No capítulo 2 será analisado, especificamente, o caso no Nordeste brasileiro, seu atual grau de desenvolvimento e as forças econômicas que o afetaram no decorrer da história. Serão analisados diversos indicadores econômicos e vai-se procurar fazer um paralelo com outras regiões do país, em especial o Sudeste. Também se dará início ao estudo sobre o mercado de trabalho na região, levando em conta suas principais peculiaridades.

## 1.2 O Trabalhador Pobre

Há uma lógica na Economia de Mercado que rege todas as relações desse sistema (em especial as relações de trabalho), que é a incessante busca por uma maior lucratividade. Com a globalização, que trouxe consigo uma maior integração dos mercados, essa lógica é ainda mais perceptível. Empresas têm se deslocado para regiões do mundo em que possam encontrar menores custos de produção para concorrer no cenário econômico mundial.

A tendência global tem demonstrado que esse movimento é irreversível e vai, cada vez mais, se tornar global. A crise financeira que se enfrenta nos últimos anos apresentou essa questão de forma bem explícita. A restrição do crédito e o choque nos mercados afetaram, significativamente, os investimentos das empresas e governos, bem como os rendimentos da força de trabalho. A globalização financeira tem sido uma importante causa das desigualdades dos rendimentos, de acordo com a OIT (2011, p. 24),

*(...) esperava-se que a globalização financeira ajudaria a melhorar os recursos destinados à poupança e, portanto, estimularia o crescimento econômico, ao mesmo tempo em que tornaria mais flexíveis as restrições de crédito e melhoraria as perspectivas de rendimento dos grupos de baixa renda.*

Porém, o que de fato ocorreu foi um decréscimo do emprego. A instabilidade econômica se intensificou. As décadas de 1990 e de 2008 foram muito mais avassaladoras que as dos anos 1970 e, em geral, o maior custo recaiu sobre os grupos de baixa renda.

Além desses fatores, percebe-se que houve, em nível mundial, um aumento da desigualdade de rendimentos. Com o crescimento, nas últimas décadas, dos investimentos estrangeiros diretos, os salários entre as regiões do mundo têm agravado ainda mais essa desigualdade. Evidências mostram que os salários estão crescendo no Leste Europeu e Sudeste Asiático e caindo no ocidente, enquanto a China e Índia permanecem campeãs em piores salários. O fato é que o mercado de trabalho “segue” o capitalismo global, “migrando” e se desenvolvendo paralelo a este, sendo responsável pela mudança de perspectiva de diversas sociedades. Prova disso foi um acontecimento que se deu há alguns anos na Alemanha, onde trabalhadores alemães aceitaram cortes nos salários a fim de desencorajarem seus empregadores de transferir fábricas para o Leste Asiático. (BRESSER-PEREIRA, 2006)

Assim, entende-se que o trabalho é um vínculo fundamental entre os desenvolvimentos econômico e social, levando em conta que é através dele que a riqueza nacional pode (e deve) ser melhor distribuída. Para tanto, é necessário que o trabalho gere rendimentos adequados para o trabalhador, de modo que assegure o seu sustento, bem como o da sua família. Nesse contexto, situa-se toda a discussão acerca de trabalhador pobre. Entretanto, o que define este trabalhador?

Definir, medir e analisar o conceito de trabalhador pobre pode, inicialmente, parecer uma tarefa trivial, pois trata tão somente de um indivíduo que trabalha, mas permanece na pobreza. Entretanto, com um maior aprofundamento teórico e detalhamento estatístico, vê-se que é algo complexo de mensurar.

Esse trabalho não pretende aprofundar a temática do trabalhador pobre por meio de uma exaustiva abordagem teórica do assunto, isso porque: i) não se trata do objetivo principal fazer um levantamento bibliográfico amplo sobre o assunto, mas traçar um perfil aproximado da categoria no Nordeste brasileiro; ii) tal levantamento demandaria, além de um trabalho voltado exclusivamente para tal, um maior tempo de elaboração, visto que o tema possui uma literatura quase totalmente estrangeira<sup>7</sup>.

Praticamente toda a produção acadêmica sobre o assunto está concentrada nos Estados

---

<sup>7</sup> Constitui exceção o Comunicado No 90 do IPEA, intitulado “Situação atual da trabalhadoras domésticas no país”, onde os autores definem o termo como “pobres que trabalham”, aplicando a seguinte definição “Mesmo as pessoas que efetivamente obtêm renda por meio do trabalho podem se defrontar com o fato de que sua inserção é tão precária que não proporciona uma renda suficiente para suprir suas necessidades básicas. (...) É possível que essa inserção precária não seja temporária, contudo, no caso dos trabalhadores estarem confinados em ocupações de baixa renda e terem pouca mobilidade, isto é, serem incapazes de migrar para outras ocupações. Isso seria o caso tanto de empregados com salários reduzidos – e com pouca capacidade de elevá-los via ação coletiva – quanto de trabalhadores não assalariados atuando em atividades de baixa produtividade e/ou incapazes de se apropriar do valor produzido.” (Ipea, 2010, p. 289)

Unidos (Working Poor), França (Nouvelle Pauvreté), Canadá e Japão. Neste último, a categoria recebeu a denominação informal de “waakingu pua”, que é uma adaptação do termo em inglês.

Estatisticamente, os trabalhadores pobres seriam, a grosso modo, a combinação entre os conceitos de “trabalhador” e “pobre”. Daí tem-se uma das dificuldades principais: não há um consenso quanto às definições desses termos, muito menos de algo que venha a ser uma mixagem de ambos. Além do mais, a ligação que há entre trabalho e pobreza é condicionada pelo componente familiar, ou seja, a combinação entre os dois conceitos é, dificilmente, analisada sob uma perspectiva individual.

Os métodos para definir a categoria “trabalhador” não são poucos. Internacionalmente, o Bureau of Labor Statistics (BLS, EUA) considera trabalhador todo indivíduo que esteve, ao menos, 27 semanas do ano de referência inseridos no mercado de trabalho, seja em emprego efetivo, ou a procura de um. Na França, O INSEE<sup>8</sup> define como indivíduos que passaram, ao menos, 6 meses do ano de referência no mercado de trabalho (sendo que destes, ao menos 1 mês tenha sido efetivamente trabalhando). A Comissão Européia utiliza os indivíduos que estão empregados ou que estiveram empregados pelo menos por 7 meses do ano de referência. (PONTIEUX, 2009).

Com relação a pobreza, já foram vistas as peculiaridades de seu estudo nos itens anteriores deste capítulo, motivo pela qual o tema não será abordado aqui.

Os trabalhos publicados sobre a temática têm buscado encontrar um meio de viabilizar o entendimento sobre os trabalhadores pobres, de forma que se possa não somente entender o conceito, mas mensurá-lo e comparar resultados em diversos locas do mundo. Nesse esforço, uma excelente contribuição é a do EUROSTAT<sup>9</sup>, que conceituou oficialmente o termo “travailleur pauvre” como “as pessoas classificadas como empregadas (com base na atividade de ocupação mais frequente) e cujo rendimento agregado está abaixo de 60% do rendimento mediano nacional<sup>10</sup>.”

Diversos autores têm realizado estudos empíricos no sentido de contribuir com o que já foi alcançado pela teoria até o momento. Em estudo pioneiro, por exemplo, Klein e Rones (1989), identificaram um perfil médio dos trabalhadores pobres através de diversos dados

---

<sup>8</sup> Institut National de La Statistique et des Études Économiques.

<sup>9</sup> Serviço estatístico da União Européia, tem função semelhante ao do IBGE no Brasil.

<sup>10</sup> Original: “Les travailleurs pauvres sont définis comme les personnes répertoriées comme em emploi (sur la base de leur situation au regard de l'activité la plus fréquente) et dont le revenu équivalent disponible du ménage est inférieur à 60% du revenu équivalent médian national.”(EUROSTAT, 2012)

cruzados nos Estados Unidos, o que os permitiu fazer algumas conclusões<sup>11</sup> importantes, tais como:

- i) Trabalhos de meio período são os que mais afetam a classe trabalhadora no sentido de aumentar o número de pobres, principalmente quando tais trabalhos são de baixa renda.
- ii) A presença de mais de um trabalhador dentro de uma família reduz consideravelmente a probabilidade desta se situar na pobreza.
- iii) Famílias de mães solteiras apresentam alto risco de incidência de pobreza.
- iv) Educação e renda apresentam altíssima correlação, uma parcela considerável de trabalhadores estudados pelos autores apresentam baixa qualificação.

As metodologias utilizadas por pesquisadores da área têm como primeiro ponto a identificação das famílias para, então, analisar os indivíduos que tem alguma ocupação em tais famílias. Dessa forma, Klein e Rones utilizam como conceito de trabalhador pobre “as pessoas que dedicaram, pelo menos, metade do último ano, empregadas ou em busca de emprego, mas que ainda vivem em famílias pobres.”

Assim, a pobreza do trabalhador está diretamente relacionada com sua renda e estrutura familiar, pois o problema da pobreza é, principalmente, medido em termos familiares, levando em conta o tamanho desta, de forma que se um determinado trabalhador tem um certo nível de renda e vive sozinho, se encontrará em melhores condições do que um indivíduo que tem a mesma remuneração, mas com uma família para manter. Destarte, segundo Klein e Rones (1989) as duas variáveis que mais influenciam a mensuração do trabalhador pobre são: educação (como principal determinante da renda) e estrutura familiar.

De acordo com Jackson (2006), o grupo de trabalhadores com maior risco de pobreza é composto por aqueles que possuem famílias chefiadas por um único adulto, em especial quando este é do sexo feminino. Inclui também famílias com pessoas portadoras de deficiência, bem como aquelas cujo chefe possui baixa educação formal. Para o referido autor, há um “Welfare Wall”<sup>12</sup> que separa os trabalhadores dessa categoria dos demais. No estudo desenvolvido em seu trabalho, o referido pesquisador analisa se os suplementos salariais são uma boa solução para o problema, como forma de eliminar a discrepância entre trabalhadores. Em sua conclusão, o autor apresenta argumentos que reforçam a necessidade de estruturação

---

<sup>11</sup> Algumas dessas conclusões serão usadas e testadas no terceiro capítulo, onde irá se aplicar um perfil semelhante aos trabalhadores do Nordeste.

<sup>12</sup> Traduzindo literalmente significa “muro de bem estar”.

de uma “nova arquitetura social”, através do fortalecimento e proteção das políticas que estabelecem remuneração mínima aos trabalhadores, e reforço dos serviços públicos sociais diversos, pois assim, tornar-se-á cada vez mais desnecessário o Estado desenvolver ações remediativas utilizando os tais “suplementos salariais”.

Um dos trabalhos seminais dentro da temática tem sido o “The Working Poor as Statistical Category”, de Sophie Pontieux (2009), onde a autora faz uma abordagem teórica sobre o assunto e uma longa experimentação estatística sobre como mensurar quantitativamente a categoria em estudo. Este trabalho tem sido fundamental para o desenvolvimento de várias pesquisas no campo dos trabalhadores pobre, de forma que se acredita ser de suma importância levantar algumas idéias propostas pela autora.

De início, a preocupação de Pontieux é caracterizar as diversas definições de trabalhador, levando em conta as abordagens Americana e Européia, tal como comparações estatísticas entre ambas. Num segundo momento, a autora passa a discorrer sobre os trabalhadores de forma direta, levando em consideração as diversas variáveis que envolvem o problema, tais como renda, educação e estrutura familiar.

Nesse contexto, o trabalho traz uma importante discussão: qual seria a abordagem mais apropriada para o estudo dos trabalhadores pobres: individual ou familiar?

Segundo a autora, alguns estudiosos afirmam que a pobreza do trabalhador é, claramente, de abordagem individual, visto que é individualmente que se dá a relação entre o indivíduo e o mercado de trabalho, bem como as noções decorrentes dessa relação. Porém, de acordo com Ebeke e Yogo (2011, p.1):

*...as duas abordagens devem andar juntas, pois quando o foco é individual, tratamos de entender o porque dos ganhos dos trabalhadores não serem suficientes para a sua sobrevivência acima dos níveis de pobreza, como um foco específico nos problemas do mercado de trabalho, tais como baixos salários, empregos precários, entre outros. No nível familiar, considera-se o fato de que a pobreza é fortemente influenciada pelas estruturas domésticas.*

A própria Pontieux, concorda que o nível familiar é o mais apropriado para essa questão, pois é a composição familiar que determina o risco de pobreza de um indivíduo, devido à presença de outros trabalhadores e as características destes.

Destarte, a autora afirma que há um enorme ganho de consistência para o estudo dos trabalhadores pobres se o levar para a abordagem familiar, afinal, do ponto de vista metodológico, há uma alta correlação entre condições econômicas desenvolvidas pelos

indivíduos e a renda disponível para a família, do ponto de vista individual, essa correlação seria negligenciada.

Entretanto, o trabalho também reconhece que há inconsistências nessa abordagem, pois é no nível individual que as pessoas estão inseridas no mercado de trabalho, bem como é assim que se enquadram as estatísticas.

Finalizando, a autora conclui o trabalho afirmando que o efeito “caixa preta” é introduzido pela dimensão familiar, pois esta combinação reduz o papel aparente de fatores do mercado de trabalho e, de certa forma, obscurece a ligação entre trabalho e risco de pobreza. A construção dessa nova categoria estatística faz com que as características do emprego que levam a baixos rendimentos (principalmente no caso das mulheres) se torna menos óbvia, visível apenas quando eles são compensados no nível de famílias. Dessa forma, a autora propõe uma nova abordagem baseada na noção de “pobreza econômica” ou “pobreza em rendimentos auferidos”, que é uma utilização já usual (onde indivíduos pobres são os que recebem renda abaixo do limiar da pobreza), mas a abordagem não consiste somente nisso, mas uma vez que eles se enquadram na primeira situação, se introduz a dimensão familiar e, então, se verifica se há de fato pobreza ou não. Segundo a autora, o interesse nessa abordagem é dupla: em primeiro lugar, um indicador de pobreza no rendimento do trabalho é significativo em si mesmo, sua interpretação é simples e é diretamente comparável ao longo do tempo e entre países, como já foi visto no capítulo 1 deste trabalho, além disso, pode ser medido para qualquer população relevante, não só de trabalhadores, mas todos os indivíduos em idade ativa (e até mesmo aposentados). Em segundo lugar, permite vincular as características individuais das atividades com uma noção de pobreza.

Portanto, percebe-se que ainda há muito a se avançar em termos de construção teórica na temática do trabalhador pobre, mas as discussões já estão avançadas e várias contribuições relevantes já foram disponibilizadas. Assim, o Brasil não pode se situar fora dessas pesquisas, o que mais uma vez, justifica a temática que se escolheu. No próximo capítulo irá ser analisado, brevemente, o mercado de trabalho no Nordeste como determinante da questão da pobreza em nível individual.

## 2. NORDESTE BRASILEIRO: CARACTERÍSTICAS ECONÔMICAS E SOCIAIS.

A problemática regional no Brasil é, infelizmente, um de seus traços mais marcantes. A discrepância de emprego e renda entre as grandes regiões brasileiras é uma marca histórica do país. A dinâmica regional no Brasil sempre foi profundamente marcada pela diferenciação e hierarquização entre regiões, onde o Nordeste se mostra como uma das regiões mais atrasadas em índices sociais e econômicos, fato que tem sido, aos poucos, modificado pela desconcentração industrial e ondas de investimentos.

Apesar de abranger aproximadamente 20% do território brasileiro e abrigar cerca de 29% da população<sup>1</sup>, a região apresenta baixos índices de produção, emprego e renda, com cerca de 26,4 milhões de pessoas em condições de pobreza em 2008, de acordo com estudos do IPEA<sup>2</sup>. Enquanto esse hiato social não for resolvido, o Brasil continuará a ser um país fragmentado, em polos de riqueza e pobreza. Não é fácil apontar soluções para tais disposições, sabe-se que sempre houve um alto nível de dependência do Nordeste em relação a outras economias, sejam estrangeiras ou outras regiões do Brasil, e durante muitos anos a política econômica alimentou uma conjuntura sujeita a crises periódicas na balança de pagamentos externos.

O Nordeste tem sido, ao longo dos séculos, assolado pelas difíceis condições climáticas, que não têm favorecido as atividades primárias desenvolvidas na região. Cerca de 57% do seu território encontra-se dentro do semiárido, sendo vítima constante de secas que afetam, em maior grau, a população pobre, que não possui terra e precisa se submeter a salários miseráveis e postos de trabalhos sazonais. Alguns poucos têm sua propriedade e, mesmo assim, não têm condições técnicas de gerar excedentes, por se encontrarem em baixíssimos níveis de subsistência. Nesse contexto, reside outro problema sério na região, que é a tradicional má distribuição fundiária.<sup>3</sup>

Nesse sentido, far-se-á uma breve abordagem socioeconômica da região, destacando sua evolução econômica a partir da metade do século passado e analisando a conjuntura atual,

---

<sup>1</sup> Dados coletados no IPEADATA

<sup>2</sup> Para mais detalhes ver Comunicados do Ipea nº 58, Dimensão, evolução e projeção da pobreza por região e por estado no Brasil. 13 de Julho de 2010.

<sup>3</sup> A última grande pesquisa sobre o assunto foi o Censo Agropecuário 2006 onde revelou-se que a concentração na distribuição de terras permaneceu praticamente inalterada nos últimos vinte anos. Os cerca de 5,2 milhões de estabelecimentos agropecuários do país ocupavam 36,75% do território nacional e tinham como atividade mais comum a criação de bovinos. A área total dos estabelecimentos agropecuários brasileiros diminuiu em 23,7 milhões de hectares (-6,69%), em relação ao Censo de 1995 (IBGE, 2006, p.12). Apesar da importância desse tema, não irá se explorar, por demandar uma análise detalhada do problema, o que não constitui objetivo deste trabalho.

com análises mais detalhadas sobre o mercado de trabalho, bem como a pobreza.

## 2.1 Breve resumo da formação histórica

As raízes do atraso histórico nordestino datam do período colonial, mesmo tendo abrigado a primeira atividade econômica do país (extração de pau-brasil). A cidade de Salvador foi a primeira sede do governo-geral, pois possuía localização estratégica no litoral brasileiro facilitando o domínio militar e econômico pelos portugueses.

Decidiu-se, ao longo do trabalho, dividir o desenvolvimento da região em duas fases historicamente distintas. A primeira abrange um período de vários séculos de isolamento e letargia frente aos centros de dinamismo econômico nacional. Nesta fase, a base econômica estava assentada sobre a atividade primário-exportadora, constantemente sujeita a crises devido às flutuações da demanda. Sobre esse período, Oliveira (1975) diz que o Brasil se apresentava como um arquipélago de regiões, ou seja, se configurava como um grupo de ilhas regionais isoladas, onde cada uma delas tinha estruturas socioeconômicas bem diferenciadas e cujo dinamismo era ditado a partir do mercado externo. Vale citar Araújo (2005, p. 10), onde

*“as condições do mercado externo é que definiam o comportamento da dinâmica das ilhas regionais brasileiras. As ligações entre elas eram mais tênues do que as ligações de cada uma delas com o exterior.”*

Portanto, a primeira fase, que dura até meados da década de 1950, tem-se uma tendência muito forte à concentração da atividade econômica do país na região Sudeste, em especial na Região Metropolitana de São Paulo (a forte articulação comercial dessa região já havia começado nos anos 1920), enquanto a região Nordeste acompanhava as tendências da conjuntura nacional apenas de forma lenta.

A segunda fase tem marco inicial a partir dos anos 1950, quando um maior impulso à industrialização começou a ser verificado na região. O Nordeste passa a receber uma ampla instalação de indústrias de base por meio de um considerável suporte estratégico do Estado. Desde o início do século já havia um parque industrial, porém não significativo frente à produção agroindustrial açucareira. Os primeiros estados a darem impulso a essa industrialização foram Bahia e Pernambuco. A partir da década de 1950, o isolamento e letargia foram substituídos por uma ampla fase de dinamismo e integração econômica com o mercado nacional impulsionado, em parte, por um amplo programa de construção de rodovias

que interligavam diversos estados do país.<sup>4</sup>

Os novos objetivos do Estado passaram a ser a industrialização do Nordeste por meio da instalação de indústrias não existentes e da modernização tecnológica de parques já instalados. Nesse contexto, é de fundamental importância destacar que houve uma significativa expansão da produção regional, com taxas de crescimento acima da média nacional, bem como uma mudança na estrutura produtiva, que reduziu a demanda por mão-de-obra em algumas atividades e aumentou em outras. Nas décadas de 1960 e 1970, a desconcentração industrial leva importantes investimentos para a região, como o Polo Petroquímico de Camaçari (Bahia).

Entretanto, deve-se chamar atenção para o choque concorrencial vivido pelo Nordeste nesse período, onde as atividades passaram a sofrer competição direta com as empresas do Sudeste e outras regiões. O setor têxtil, em especial, foi um dos que atravessou uma aguda crise. A produção de açúcar também foi afetada, os estados do Sudeste (principais compradores do açúcar nordestino) tornaram-se autos-suficientes na produção e passaram a comercializar entre si, restou então ao Nordeste focalizar seu comércio com o exterior. Esse contexto forçou a região a realizar alguns ajustamentos na sua economia, porém, nada que mudasse substancialmente seu quadro social, ou como bem afirma Araújo *et al* (1997, p. 12), “as mudanças induzidas na região demandaram ajustamentos na economia nordestina nessa fase, fato processado sem que ocorressem alterações profundas na estrutura produtiva e nas relações de produção”.

Os anos 1980, infelizmente, deram um freio nessa “boa fase” de crescimento brasileiro e nordestino. Em nível nacional, observou-se um abandono e falência do modelo de substituição de importações, com elevado nível de endividamento do setor público. Isso fez com que na década perdida houvesse uma intensa redução das fontes de financiamento externas, o setor público passa a ser o patrocinador da acumulação dos agentes econômicos na esfera financeira da economia brasileira, porém mostrou-se incapaz de gerar fontes alternativas de crédito. Isso afetou diretamente o Nordeste, pois uma das características especiais dessa economia é o papel relevante desempenhado pelo setor público. Percebe-se que, nessa região, em especial, a forte atuação do Estado foi um fator determinante no dinamismo da região. Aliás, o Estado tem, no Nordeste, um peso muito maior na formação

---

<sup>4</sup> Até a década de 1950, os meios mais usados para transporte de mercadorias eram o fluvial e ferroviário. Com uma série de ações do governo, como fundação da Petrobrás em 1954 (que iniciou a produção de asfalto em larga quantidade) e a implantação de indústria automobilística em 1957, as rodovias passaram a ser uma das prioridades dos governos.

bruta de capital fixo do que o total na média nacional. (ARAÚJO, 2005)

Cabe destacar, em parte desse período, a importante contribuição intelectual de Celso Furtado, que foi importante para a formulação de novas políticas de promoção do crescimento do Nordeste. Incumbido pelo presidente Juscelino Kubitschek e apoiado em suas interpretações pessoais sobre o desenvolvimento brasileiro (influenciado também pela interpretação cepalina<sup>5</sup>), Furtado fez um profundo diagnóstico sobre as razões que deixaram o Nordeste em tal situação de subdesenvolvimento e sugerir possíveis alternativas para sua superação. Até àquele momento os governos facilmente acreditavam que a seca era a causa principal de todos os problemas nordestinos, ou como bem acentua Pedrão (2011, p. 88), “desde que o governo brasileiro descobriu a seca, encontrou um argumento poderoso para entender-se dos problemas sociais e políticos herdados do colonialismo e da escravidão.” Dessa forma, negou que a solução seria a constante construção de açudes por parte do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS), que na verdade serviam para beneficiar grandes proprietários de terra. Segundo esse diagnóstico, cuja síntese se encontra no Relatório do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), Furtado argumenta incisivamente que a saída para o Nordeste era através de um forte impulso à industrialização em caráter de urgência, senão sobraria como última opção para a região “despovoar-se ou permanecer como região de baixíssimo nível de renda”. (GTDN, 1967, p. 29)

Furtado acreditava que um movimento que promovesse a industrialização de forma autônoma fortaleceria a burguesia industrial da região e romperia as raízes dos aristocratas conservadores da agropecuária que, segundo o autor, pouco se preocupavam com o desenvolvimento e através de estratégias políticas conservavam continuamente o poder. Suas principais críticas se centraram na relação Nordeste-Centro Sul, se negando a analisar a região de forma isolada, mas sim num contexto de relações comerciais com a região mais rica. Segundo o pensamento de Furtado, tais relações eram extremamente desvantajosas para o Nordeste, pois geravam fluxos de transferência de renda desta em direção àquela. Assim, os superávits comerciais do Nordeste com outros países, de certa forma, eram utilizados para financiar as compras de produtos vindos do Centro-Sul. Outro agravante é que o fato do país adotar, na época, uma política protecionista, fazendo com que o Nordeste importasse bens

---

<sup>5</sup> Refere-se ao conhecido modelo Centro-Periferia, onde tem-se a premissa de que os países desenvolvidos, através das forma de organizações do tripé empresários-trabalhadores-governo, impedem um “derramamento” do progresso econômico e social para os países não desenvolvidos. Para mais detalhes sobre essa interpretação ver CORAZZA (2006).

mais caros do Centro-Sul do que se os comprasse do exterior. Os esforços de Furtado levaram à criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), autarquia que esteve à frente de consideráveis projetos de desenvolvimento, mas que a partir de meados da década de 1970 passa a ser utilizada para fins outros, cujos detalhes não serão explorados, por não se tratar de tema relevante para este estudo.<sup>6</sup> (DINIZ, 2001)

A partir da década de 1980, verificam-se, marcado por tentativas malogradas de planos de estabilização, implantação de novas unidades monetárias e estabilização da mesma, alto nível de desemprego (que trouxe consigo uma intensa informalização do mercado de trabalho), além da abertura comercial e as reformas liberais do Estado, com mudanças estruturais no modelo de desenvolvimento utilizado até então. Essa abertura trouxe a concorrência externa para o âmbito econômico nacional, forçando as empresas a uma reestruturação produtiva que trouxesse ganhos de produtividades para ganhar competitividade no mercado internacional. A política monetária, junto ao projeto de desenvolvimento do Estado, abre algumas possibilidades de crescimento em função de um momento favorável da economia internacional. O aumento nas importações e uma ampliação do mercado interno, em especial nos primeiros anos do novo século, levariam o país inteiro a apresentar um razoável nível de crescimento.

Com as reformas liberais e a abertura comercial, a economia passa a apresentar uma maior vulnerabilidade externa em relação aos fluxos internacionais de investimentos, o que trouxe uma elevação da dívida interna. Com a relativa “perda de comando” do Estado, não se tinha certeza da capacidade do mesmo em atuar como agente direto de desenvolvimento. No Nordeste levantam-se questionamentos com relação à sua sobrevivência econômica frente a esse novo paradigma concorrencial. Esses questionamentos não se concretizaram em maior grau, pois há uma continuidade (bem tímida) de transferências de unidades industriais para o Nordeste. Porém, a indústria de transformação passa a perder espaço apresentando uma taxa de crescimento de 1,2% no período 1990-1999 frente aos 10,8% do período 1970-1980<sup>7</sup>, além de efeitos novíços sobre o mercado de trabalho, como a precarização da mão-de-obra. Na Tabela 1, encontra-se dados sobre o crescimento da região e do Brasil nas décadas abordadas.

---

<sup>6</sup> Em 2001, tanto a SUDAM como a SUDENE foram extintas pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, sob o argumento de que tais instituições estavam mergulhadas em fraudes e desvios de verbas públicas. A “decadência” de tais órgãos foi fruto de uma mudança na linha de atuação, pois de importantes agentes de promoção do desenvolvimento (inclusive com foco na qualificação da força de trabalho), passaram a meros concedentes de incentivos fiscais. Para mais detalhes sobre o histórico da SUDENE nesse período, ver CARVALHO (2006)

<sup>7</sup> Baseado em dados coletados nas Contas Regionais (IBGE).

Observa-se que no período 1970-1980, o Nordeste não só acompanhou a boa fase brasileira como, foi um pouco superior. Porém, devido à dependência inter-regional, a região também apresentou desempenho insatisfatório na década perdida (1980). Em termos de renda, entre o período de 1990 e , a taxa anual de crescimento na região foi de 3,57% contra 3,17% 2,50% do Brasil.

Tabela 1 - Taxa Média Anual de Crescimento do PIB Real do Brasil e Região Nordeste – 1960-2009 - em %.

<b>Período</b>	<b>Nordeste (%)</b>	<b>Brasil (%)</b>
<b>1960-70</b>	3,5	6,1
<b>1970-80</b>	8,7	8,6
<b>1980-90</b>	3,3	1,6
<b>1990-99</b>	3,5	2,5
<b>2000-09</b>	4,4	3,7

Fonte: IBGE – Contas Regionais

Portanto, a segunda fase abrange um período que vai de meados da década de 1950 até o final dos anos 1990, caracterizado por uma tímida desconcentração da atividade econômica, baseados em uma nova articulação comercial e aumento das integrações produtivas. Com isso, o mercado interno torna-se uma importante variável e deixou-se de ser uma economia com arquipélagos regionais para ser uma “economia nacional regionalmente localizada”. (ARAÚJO, 2005, p. 12)

## **2.2 Terceira fase?**

Nos anos mais recentes, a expansão do crédito e o fortalecimento do mercado interno têm levado o país a apresentar algumas taxas de crescimento mais significativas, em especial até 2008, ano em que se deu a crise financeira internacional. Em 2003, quando da instalação de um novo governo o país teve de enfrentar dificuldades, como uma forte ameaça de crescimento inflacionário, e teve de apelar para políticas de restrição fiscal e monetária, que

trouxeram como consequência uma contenção no crescimento da economia.<sup>8</sup>

Entretanto, percebe-se nos meios acadêmicos e mídia, uma certa euforia com o crescimento do Nordeste a partir dos anos 2000, onde a região tem apresentado taxas de crescimento superiores a do País e uma nova onda de investimentos tem sido direcionada à região. O Governo Lula fortaleceu antigos órgãos regionais, como a SUDENE, com vistas a dar um novo impulso ao desenvolvimento, além de instituições já existentes, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social<sup>9</sup> (BNDES) e o Banco do Nordeste (BNB). Porém, a realidade deve ser encarada de forma bem mais analítica. Observando os dados detalhadamente, vê-se que ainda persistem barreiras muito grandes a serem superadas a fim de melhorar as condições sociais da região. Em termos econômicos, vê-se que a participação da região no PIB nacional continuou muito pequena no decorrer dos anos, a Tabela 2 mostra os quantitativos dessa assertiva.

Tabela 2 - Participação das Grandes Regiões no Produto Interno Bruto do Brasil 2000-2008 em %

Regiões	Anos								
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Norte	4,4	4,5	4,7	4,8	4,9	5,0	5,1	5,0	5,1
Nordeste	12,4	12,6	13,0	12,8	12,7	13,1	13,1	13,1	13,1
Sudeste	58,3	57,7	56,7	55,8	55,8	56,5	56,8	56,4	56,0
Sul	16,5	16,7	16,9	17,7	17,4	16,6	16,3	16,6	16,6
Centro-Oeste	8,4	8,5	8,8	9,0	9,1	8,9	8,7	8,9	9,2
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: CONAC/DPE/IBGE

Vale salientar que, a partir de 2000, o Nordeste avançou timidamente enquanto o Sudeste perdeu alguns pontos, o que provavelmente é consequência do novo direcionamento de investimentos produtivos para a região, bem como o movimento que se iniciaria poucos anos depois, de uma maciça transferência de renda através de programas sociais<sup>10</sup>. Além desses dados, é de fundamental importância visualizar a enorme diferença econômica dentro da própria região, mostrando que há uma diversidade de espaços e acúmulo de atividades e investimentos em alguns estados em detrimento de outros, a Tabela 3 mostra a participação

<sup>8</sup> De 2002 para 2003, por exemplo, houve um tímido incremento de somente 0,5% no PIB.

<sup>9</sup> Esse, evidentemente, se trata de um banco nacional, mas que tem desempenhado importante papel no desenvolvimento da região.

<sup>10</sup> Esses impactos têm sido amplamente discutidos na literatura científica, principalmente com a ampliação do Programa Bolsa Família, durante o Governo Lula. Para mais detalhes ver Pires & Long (A implantação do Bolsa- Família e sua relação com a pobreza nas Regiões Brasileiras no período de 2004 e 2006)

dos estados no total do país.

Tabela 3 - Composição Percentual do PIB dos Estados da Região Nordeste - 2000 - 2008

Estados	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Maranhão	8,1	8,2	8,1	8,5	8,7	9,0	9,2	9,1	9,7
Piauí	4,1	4,0	3,9	4,0	4,0	4,0	4,1	4,1	4,2
Ceará	15,4	15,0	15,1	15,0	14,9	14,6	14,9	14,5	15,1
R.G do Norte	6,2	6,3	6,4	6,2	6,3	6,4	6,6	6,6	6,4
Paraíba	6,4	6,6	6,5	6,5	6,1	6,0	6,4	6,4	6,5
Pernambuco	18,4	18,5	18,4	18,1	17,8	17,8	17,8	17,9	17,7
Alagoas	5,3	5,2	5,1	5,2	5,2	5,0	5,1	5,1	4,9
Sergipe	4,5	4,9	4,9	5,0	4,9	4,8	4,9	4,9	4,9
Bahia	31,7	31,3	31,7	31,4	32,0	32,4	31,0	31,5	30,6
<b>TOTAL</b>	<b>100,0</b>								

Fonte: IBGE. Contas Regionais

Percebe-se que há uma grande concentração desse indicador na Bahia, seguida distantemente por Pernambuco e Ceará, estados tradicionalmente muito desiguais, apresentando índices econômicos relativamente bons, mas com situação social extremamente precária. Já existe uma literatura<sup>11</sup> que analisa a desigualdade dentro do próprio Nordeste, mostrando como se deu esse espantoso avanço da Bahia em relação aos outros Estados. Considerando o crescimento do PIB da região Nordeste e sua população, pode-se verificar como se dá a repartição entre o produto e sua população através do PIB *per capita*. O Gráfico 1 mostra, claramente, que o Nordeste tem apresentado um péssimo desempenho, ficando em último lugar em relação as demais regiões, corroborando com as assertivas feitas ao longo desse trabalho.

<sup>11</sup> Dois trabalhos muito elucidativos nesse tema são Marques (2006) e Jacinto, Tejada e Figueiredo (2008) Disponíveis em: [http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/eventos/forumbnb2008/docs/desigualdade\\_de\\_renda.pdf](http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/eventos/forumbnb2008/docs/desigualdade_de_renda.pdf) ; Acesso: 01 mar. 2009.

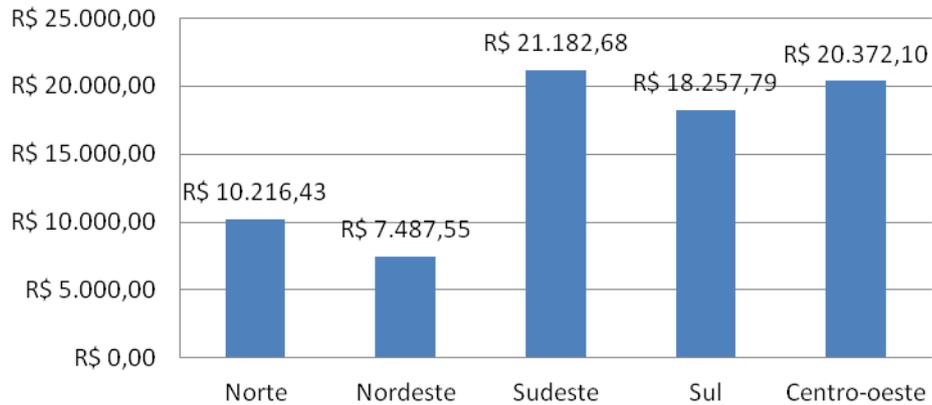


GRÁFICO 1 - Produto Interno Bruto *per capita* segundo as Grandes Regiões em 2008.

Fonte: IBGE. Contas Regionais

È relevante também estender a utilização dos dados para dentro da própria região, o Gráfico 2 faz essa análise, o Estado do Piauí está como último da lista (isso também a nível Brasil) com um PIB per capita de R\$ 5.372,56, apesar de ter sido um dos estados que apresentam maiores taxas de crescimento do PIB no período 2004-2008, conforme dados do IBGE (2010)

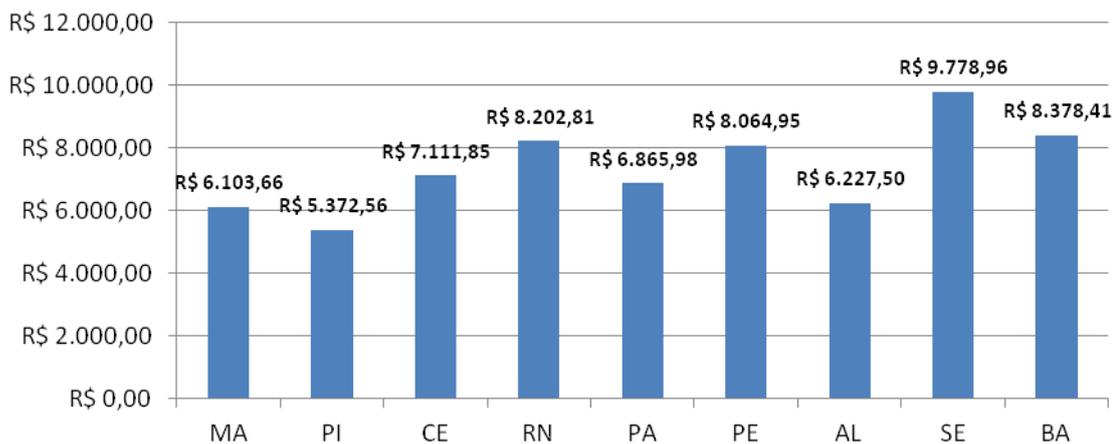


GRÁFICO 2 - Produto Interno Bruto *per capita* nos Estados do Nordeste em 2008.

Fonte: IBGE. Contas Regionais

Após essa breve análise sobre a atual situação do Nordeste, onde nota-se que hoje a região vive uma boa fase de crescimento (não, necessariamente, desenvolvimento), se verificará como se caracteriza a oferta e demanda por postos de trabalho na região.

### 2.3 Mercado de trabalho

Estudou-se que as atuais características socioeconômicas do Nordeste advêm, em grande parte, da sua herança histórica. Todas as regiões possuem suas peculiaridades no que diz respeito à atividade econômica. O Nordeste comporta-se de forma bastante heterogênea, com áreas dinâmicas de crescimento com boa capacidade de geração de emprego, frente a uma imensa área de estagnação e sub-aproveitamento de potencialidades. A ausência de planejamento regional impede a minimização dessa problemática, de forma que haja uma intensa migração intra e inter-regional, causando um desenvolvimento desordenado. Mas, quais seriam as especificidades do mercado de trabalho no Nordeste? É o que se analisará a seguir.

Sempre houve na região uma predominância de baixos salários, isso em parte pela estrutura fundiária que sempre foi muito concentradora na região, e mesmo com a passagem do regime de trabalho escravo para o assalariado a dominância oligárquica na região permaneceu muito presente na estrutura social, contribuindo para a manutenção desse quadro. Até o final dos anos 1950, suas atividades econômicas se restringiam à monocultura açucareira. Tal situação só veio a apresentar relativa alteração a partir da década de 1960, quando se iniciaram os esforços da Sudene em prol da industrialização.

Analisar-se-á a seguir algumas informações relativas ao mercado de trabalho na Região. Para tanto, se recorrerá aos dados da Tabela 4, onde vê-se que em termos de oferta e ocupação de mão de obra, o Nordeste apresenta superioridade numérica frente a praticamente todas as regiões (perdendo somente para o Sudeste). A região contém aproximadamente 28% da População Residente, 26% da PEA e 26% da População Ocupada. Porém, em termos de Rendimento Mensal dos trabalhadores, ocupa a última posição. Esses preocupantes dados dão ideia dos níveis de pobreza existentes, e onde a maioria dos trabalhadores tem a necessidade de sustentar sua família com a menor renda do país, sem condições de prover seus familiares de bens e serviços fundamentais como saúde e educação, aprofundando assim, infelizmente, ainda mais esse quadro. É necessário um olhar especial para a região por parte não somente do Governo Federal, mas também dos governos locais, no sentido de criar oportunidades e aproveitar potencialidades com o objetivo de dinamizar a economia nordestina.

TABELA 4 - População Residente, População Economicamente Ativa, População Ocupada, População Não Economicamente Ativa e Rendimento Médio Mensal Real por Grandes Regiões em 2009.

Brasil	Grandes Regiões				
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
<b>População Residente – Números absolutos (1 000 pessoas)</b>					
191 796	15 555	54 020	80 466	27 776	13 978
	8%	28%	42%	15%	7%
<b>População Economicamente Ativa</b>					
101 110	7 536	26 735	43 452	15 744	7 643
	7%	26%	43%	16%	8%
<b>População Ocupada</b>					
92 689	6 889	24 367	39 592	14 802	7 040
	7%	26%	43%	16%	8%
<b>Não Economicamente Ativas</b>					
61 697	4 886	18 092	26 329	8 282	4 108
	8%	29%	43%	13%	7%
<b>Rendimento médio mensal real das pessoas de 10 anos ou mais de idade, com rendimento (R\$) *</b>					
<b>1.088,00</b>	<b>871,00</b>	<b>722,00</b>	<b>1.255,00</b>	<b>1.252,00</b>	<b>1.298,00</b>

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD 2009. \*Valores inflacionados pelo INPC com base em setembro de 2009.

Outro dado importante para caracterizar o mercado de trabalho na região é a distribuição dos rendimentos dos trabalhadores. Para tanto, na Tabela 5 tem-se o Índice de Gini, estimado com base na renda das pessoas ocupadas. Vê-se que a distribuição de rendimentos é amplamente desigual dentre as próprias regiões. Apesar de estar caindo em todas elas nos anos recente, é certo que um país com um índice de 0,530 é, ainda, muito alarmante, sendo que o Nordeste, em todos os anos apresentados, permaneceu acima da média nacional e só não é mais desigual do que o Centro-Oeste.

Tabela 5 - Índice de Gini da distribuição do rendimento mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade para as Grandes Regiões.

Ano	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
<b>2004</b>	0,559	0,526	0,571	0,533	0,530	0,571
<b>2005</b>	0,552	0,509	0,551	0,534	0,519	0,564
<b>2006</b>	0,548	0,509	0,557	0,529	0,510	0,558
<b>2007</b>	0,534	0,507	0,539	0,510	0,505	0,564
<b>2008</b>	0,530	0,498	0,539	0,505	0,497	0,567

<b>2009</b>	0,524	0,501	0,535	0,500	0,489	0,554
-------------	-------	-------	-------	-------	-------	-------

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004-2009.

A Tabela 6 apresenta os dados dos estados da região, onde também encontra-se significativas diferenças, tem-se como menos desigual Maranhão (0,538) e Ceará (0,544) e como os mais desiguais a Paraíba (0,591) e Sergipe (0,576). Evidente que o Índice de Gini não é um indicador de desenvolvimento e os estados e regiões com maior igualdade não, necessariamente, significam que são desenvolvidos, são os casos do Maranhão e Ceará que lideram o ranking. Porém, esses dados são muito ilustrativos para se entender a realidade da região.

Tabela 6 - Índice de Gini da distribuição do rendimento mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade para as Grandes Regiões.

Estados	2004	2005	2006	2007	2008	2009
<b>Alagoas</b>	0,575	0,566	0,627	0,605	0,583	0,572
<b>Bahia</b>	0,556	0,554	0,557	0,557	0,56	0,556
<b>Ceará</b>	0,576	0,578	0,548	0,549	0,539	0,544
<b>Maranhão</b>	0,609	0,521	0,595	0,555	0,521	0,538
<b>Paraíba</b>	0,595	0,581	0,565	0,598	0,587	0,591
<b>Pernambuco</b>	0,607	0,587	0,582	0,56	0,566	0,554
<b>Piauí</b>	0,591	0,591	0,599	0,593	0,574	0,555
<b>Rio Grande do Norte</b>	0,57	0,598	0,561	0,561	0,551	0,559
<b>Sergipe</b>	0,561	0,554	0,56	0,543	0,539	0,576

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004-2009.

Uma das características básicas dessa região é de, tradicionalmente, apresentar taxas de desemprego superiores às do Sudeste e do Sul. Tomando como base a Pesquisa Mensal de Emprego (PME), elaborada pelo IBGE, vê-se que as Regiões Metropolitanas do Nordeste tendem a ter um percentual de desocupação mais alto que as do Sudeste, como bem mostra o Gráfico 3.

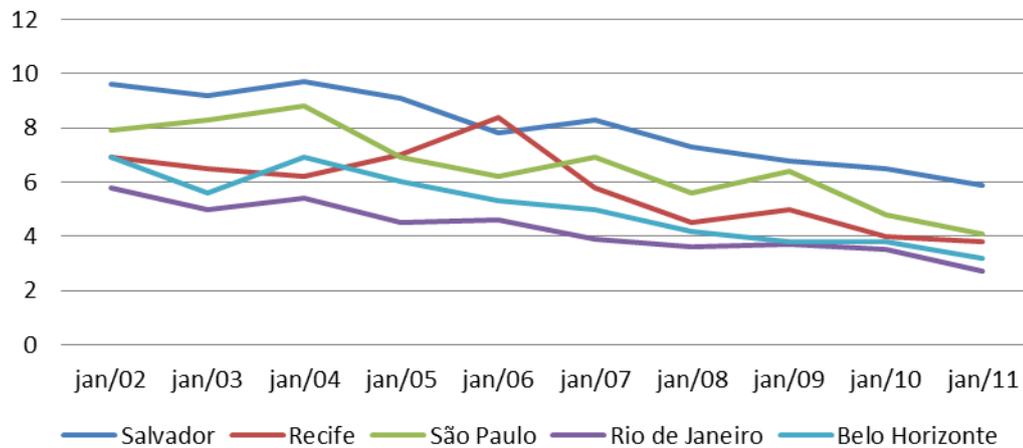


GRÁFICO 3 - Percentual dea População Desocupada de 2002 a 2011 (Meses de Março)

Fonte: IBGE. Pesquisa Mensal de Emprego (PME).

Por fim, se concluirá essa breve análise sobre as atividades econômicas que têm apresentado maior capacidade de concentrar força-de-trabalho. Nesse intento, utilizou-se como base de dados a RAIS 2010 e o Quociente Locacional como instrumento de análise. Sabe-se que a RAIS tem informações relativas somente aos empregos formais, entretanto, ainda assim os resultados se constituem significativos e relevantes. No quadro a seguir, apresenta-se os resultados do cálculo para a região, com as comparações tanto para o país como para o Sudeste.

TABELA 7 – Quociente Locacional para Subsetores de Atividades (IBGE) do Nordeste em comparação com Brasil e Sudeste.

Subsetores	QL - Brasil	QL - Sudeste
Extrativa Mineral	0,93	0,81
Minerais Não-Metálicos	1,05	1,07
Indústria Metalúrgica	0,40	0,32
Indústria Mecânica	0,24	0,20
Eletrônicos e Comunicação	0,23	0,20
Materiais para transportes	0,21	0,15
Madeiras e Mobiliários	0,40	0,59
Papel	0,56	0,48
Indústria da borracha, fumo, couros	0,48	0,43
Indústria Química	0,65	0,54
Indústria Têxtil	0,96	1,00

Indústria de Calçados	1,98	3,93
Alimentos e Bebidas	1,06	1,27
Serviços de Utilidade Pública	1,07	1,07
Construção Civil	1,25	1,30
Comércio Varejista	0,91	0,90
Comércio Atacadista	0,86	0,80
Instituições Financeiras	0,62	0,52
ADM TEC PROF	0,86	0,71
Transporte e Comunicações	0,69	0,59
ALOJ COMUNIC	0,85	0,77
MED ODON VET	0,87	0,78
Ensino	1,04	1,03
Administração Pública	1,53	2,04
Agricultura	0,92	1,05

Fonte: Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS) - 2010

As comparações apresentam resultados quase idênticos, o que não surpreende, levando em conta que a economia do Sudeste é bem representativa no cenário nacional. Em ambas estatísticas, o Nordeste não apresentou mudanças significativas em sua estrutura econômica nas últimas duas décadas, setores como Alimentos e Bebidas e Construção Civil continuam a ser destaques. Outros setores ganharam impulso a partir da metade da década de 1990, quando os processos de reestruturação produtiva, adoção de novas técnicas organizacionais e novos métodos produtivos e aumento da produtividade levaram algumas indústrias a se destacarem, foi o caso do setor de Calçados e Têxtil, em especial no Ceará. A exploração dos minerais não-metálicos também apresentou resultados positivos, tendo como principais destaques Rio Grande do Norte e Piauí. No caso da Administração Pública, os dados corroboram com a idéia, apresentada ao longo do capítulo, de que o Estado tem se apresentado como o principal agente de desenvolvimento para a região e, para essa promoção, precisa de uma estrutura burocrática capaz de gerenciar esses objetivos.

Essas novas atividades que têm ganho impulso na região se beneficiaram, principalmente, de incentivos fiscais e baixos custos de mão-de-obra. Esses fatores têm cada vez mais atraído novos investimentos, em especial, de empresas que antes se localizavam concentradamente no Sudeste. Tais impulsos tendem a aumentar e elevar o Quociente Locacional de outras atividades nos próximos anos.

Porém, quais as conseqüências disso para o desenvolvimento da região? Quais são os efeitos sobre a renda média da classe assalariada? Uma grande discussão tem sido levantada em torno desse assunto, pois há uma urgente necessidade da redução do abismo econômico e

social entre o Nordeste e os centros dinâmicos do país. Certamente, esses questionamentos devem ser motivo de reflexão para acadêmicos e os formuladores de políticas públicas.

Nessa discussão, situa-se o objeto de estudo desse trabalho, que é o Trabalhador Pobre na região Nordeste, tema que será abordado no próximo capítulo.

### 3. O TRABALHADOR POBRE NO NORDESTE BRASILEIRO

Essa seção se dedica à aplicação prática da base conceitual do trabalho, explorada no primeiro capítulo e considerando as questões conjunturais discutidas no segundo capítulo. Para tanto, perseguiu-se o objetivo principal de traçar um perfil dos trabalhadores pobres no Nordeste brasileiro, com vistas a identificar procedimentos adequados para análise dessa categoria, bem como contribuir com sugestões para a melhoria da situação desses trabalhadores.

Nesse sentido, se fez uso da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009 (PNAD), base de dados de fundamental relevância que forneceu os principais subsídios estatísticos para essa pesquisa. De início, vale discutir um pouco acerca das características, amplitude e limitações da PNAD que é um pesquisa realizada sistematicamente sobre as características gerais da população, tais como educação, trabalho, rendimento, habitação, vitimização, acesso a justiça, dentre outros. É desenvolvida pelo IBGE e sua coleta se dá em forma de entrevistas (questionários). Dentre seus pontos fortes, destaca-se a abrangência dos temas (citados anteriormente), a grande amplitude de sua amostra, a possibilidade de manipulação de seus dados de forma bem flexível (permitindo, até mesmo, a criação de novas variáveis), bem como a possibilidade de expansão dos resultados para Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação e as nove Regiões Metropolitanas.

Dentre as principais limitações da PNAD, pode-se citar o fato de que utiliza o instrumento da entrevista, o que dá margem a declarações falsas, e também a não inclusão da produção para próprio consumo como uma variável e, até 2003, não incluía a área rural da região Norte. Um outro fator negativo, que afeta a pesquisa em maior grau é assinalado por Dedeca, Trovão e Jungbluth (2008), é o fato da referida pesquisa somente apresentar dados relativos a distribuição pessoal da renda (com origem no trabalho e em benefícios sociais), não da renda funcional<sup>1</sup>, o que impossibilita ter o conhecimento de rendas auferidas através da propriedade de ativos e estratos de rendas mais elevados.

Feitas tais considerações, metodologicamente a análise proposta pelo trabalho utiliza, como já mencionado, os microdados da PNAD. Para trabalhar esses dados se fez uso do software Stata 11, produzido pela StataCorp Lp, programa de análise estatística muito difundido no meio acadêmico que teve sua versão 1.0 em 1985.

---

<sup>1</sup> Rendas obtidas sobre aplicações financeiras, tais como dividendos, juros, entre outros.

### 3.1 Características Gerais da Força de Trabalho no Nordeste

Explora-se aqui os resultados estatísticos dessa análise para as variáveis que, de acordo com os autores estudados, mais se correlacionam com a temática, tais como educação e renda.

De início, vale salientar que a amostra nacional da PNAD 2009 conta com 399.387 observações, com o Nordeste compreendendo 126.409, cerca de 32% da amostra total. A Tabela 8 mostra o número de observações segundo estados do Nordeste, que comprova a representatividade dos dados, o que é importante para o decorrer da pesquisa.

Tabela 8 – Amostra da PNAD 2009 por Estados do Nordeste, e em porcentagem

<b>Estados</b>	<b>Observações</b>	<b>% Brasil</b>	<b>% Nordeste</b>
Maranhão	7.223	1,81	5,71
Piauí	5.849	1,46	4,62
Ceará	25.892	6,48	20,48
Rio Grande do Norte	6.516	1,63	5,15
Paraíba	7.622	1,91	6,02
Pernambuco	24.600	6,16	19,46
Alagoas	5.983	1,50	4,73
Sergipe	6.037	1,51	4,77
Bahia	36.687	9,19	29,02
<b>Total</b>	<b>126,409</b>	<b>31,65</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD 2009.

Em termos da variável sexo, em nível nacional, temos uma representatividade de 48% de homens e 51% de mulheres, já no Nordeste os dados indicam 52% de mulheres e 48% de homens. Esses dados referem-se ao conjunto total da população, restringindo-se ao total de pessoas ocupadas (na semana de referência da pesquisa) há um percentual bem diferente, 59% de homens e 41% de mulheres. O total de não ocupados (na semana de referência) é de 36% de homens e 64% de mulheres, demonstrando que ainda persiste na região um mercado de trabalho predominantemente masculino, onde há um grande número de mulheres fora da força de trabalho.

Com relação à cor ou raça, os dados dos Gráfico 4 e 5 mostram a alocação de empregados e desempregados pela raça/cor dos indivíduos. Vemos que as estatísticas são valores próximos para todos. O que realmente preocupa nesses gráficos, mas que não podemos concluir através deles é a baixa alocação dos negros no mercado, pois encontramos

uma grande predominância da raça branca. Esse fenômeno tem raízes na formação histórica do país, onde esse grupo foi, por séculos, submetido a condições desumanas de trabalho escravo e, mesmo com a libertação, tornou-se marginalizado na sociedade. Como atenuante a esse quadro, deve-se levar em consideração que as raças Branca e Negra não são predominantes em toda região, mas tão somente em alguns estados, tais como o Ceará e Pernambuco (Branco) e Bahia (Negro).<sup>2</sup>

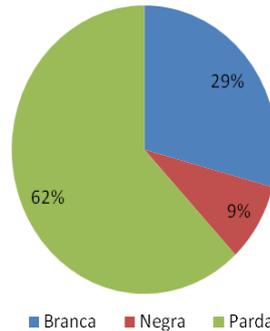
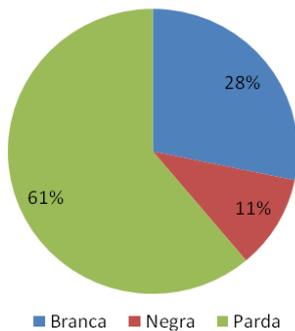
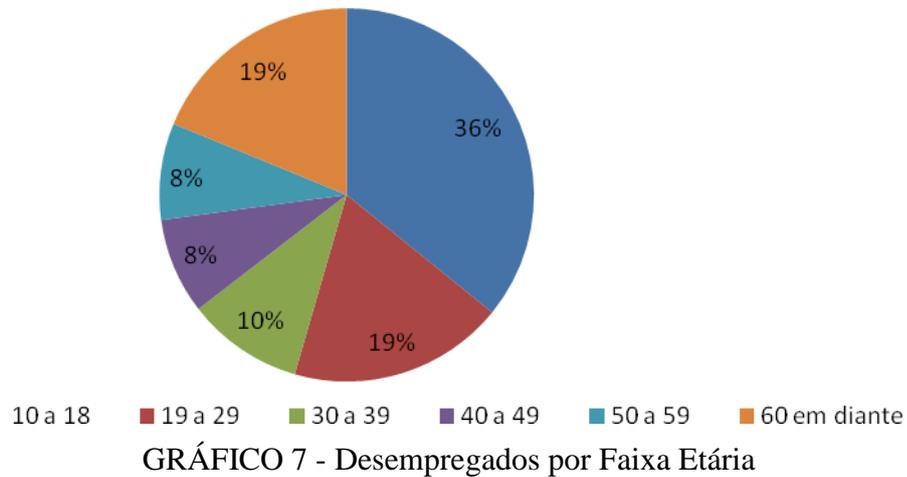
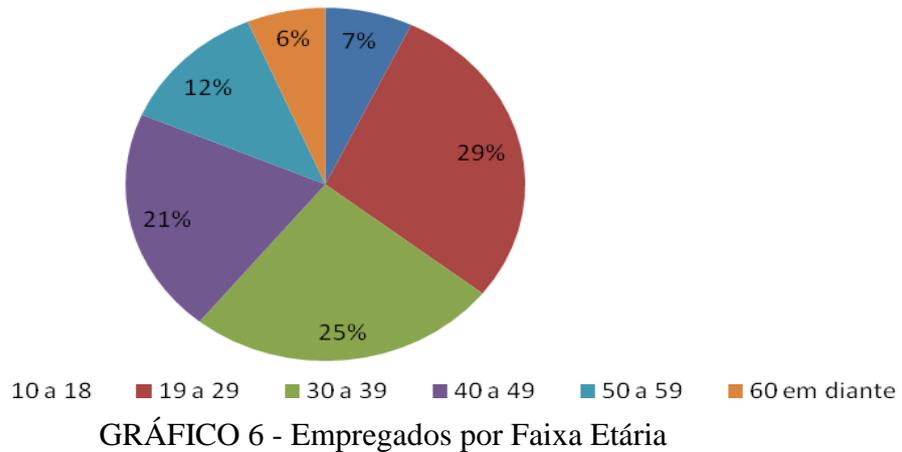


GRÁFICO 4 - Empregados por Raça/Cor GRÁFICO 5 - Desempregados por Raça/Cor  
Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD 2009.

Também considerou-se relevante verificar os dados em relação ao Estado Civil dos indivíduos pesquisados. Constatou-se que a mão-de-obra ocupada do Nordeste é composta por 48% de solteiros, seguindo-se de 46% de casados. Em relação aos desempregados, o resultado foi o esperado, os solteiros (na sua maioria são jovens) lideram as estatísticas com 61%, os casados com 29%, viúvos representam 7% e divorciados e separados judicialmente somam 3%. Vale lembrar do tópico abordado no primeiro capítulo, quando do desenvolvimento da fundamentação teórica, onde vimos que a juventude é uma grande componente dos Trabalhadores Pobres.

Para finalizar esse primeiro levantamento, analisou-se os dados apresentados até o momento com relação à idade, os Gráfico 6 e 7 mostram a distribuição do número de trabalhadores empregados e desempregados por faixa etária. Dos 10 aos 18 anos não é surpresa possuir pouquíssimos trabalhadores empregados, tendo em vista a ilegalidade do trabalho assalariado na menoridade, o que retrata a reduzida participação entre esses jovens. Dos 19 aos 23 anos tem-se o maior contingente de assalariados. Em relação aos desempregados, o gráfico 5 é um complemento das informações do primeiro, mas é preocupante o percentual de jovens entre 19 e 29 anos em desemprego.

<sup>2</sup> Algo que devemos assinalar é o fato de que cada indivíduo declara sua própria raça, o que pode levar a alguns erros, já que não há uma definição bem definida sobre isso.



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD 2009.

### 3.2 Educação

A componente Educação é de extrema importância em análises que versam sobre mercado de trabalho, inúmeros estudos na literatura<sup>3</sup> econômica têm mostrado que há um alto grau de correlação entre renda e nível de escolaridade do trabalhador. A partir de agora, se analisará quais as principais peculiaridades da força de trabalho no Nordeste com relação à educação. Os dados da PNAD mostram que do total de entrevistados na pesquisa, 68% não freqüentavam escola em 2009 e persistia uma taxa de analfabetismo de 12,63% (quando a média nacional era de 17,51%). Por si só, tais informações não indicam, de forma objetiva, a situação da educação na região, outras regiões mais desenvolvidas também apresentam índices alarmantes, como o Sudeste (63% de pessoas fora da escola e 13% de analfabetismo). Por isso, precisa-se correlacionar as variáveis sobre educação com outras importantes, tais

<sup>3</sup> Para mais detalhes sobre o assunto ver França, Gasparini e Loureiro (2008) e Cadore (2012).

como idade, sexo, faixa salarial e ocupação da força de trabalho.

Ao visualizar os diversos dados relativos à Educação no Nordeste, percebe-se que há um atraso em relação ao nível nacional em termos de anos de estudo, por exemplo, os microdados acusam que a média do Nordeste é de 5,5 anos (a média do Brasil é de 6). Além disso, em 2007<sup>4</sup> a região possuía um índice de defasagem escolar de 72,07%, que é o percentual de pessoas que se encontram em atraso escolar superior a um ano.

Portanto, partindo de uma análise geral, o Gráfico 6 mostra uma certa relação entre emprego e frequência à escola. Podemos ver que uma reduzida parcela da mão-de-obra empregada ainda frequenta instituições de ensino, e também que uma grande quantidade de pessoas que frequenta escola não está alocada na força de trabalho, provavelmente pelo fato de considerável parte dessa população (jovem) ainda não faz parte da PEA.

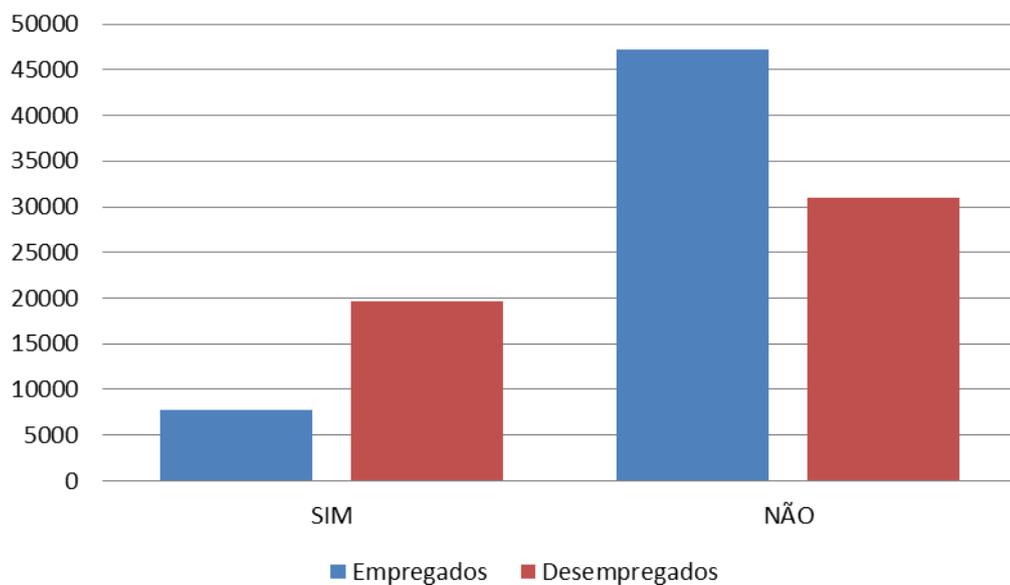


Gráfico 8– Frequência de Instituição de Ensino por Empregados/Desempregados  
Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD.

Com relação à rede de ensino, 76,8% dos entrevistados que estudam frequentam escola pública, e 23,18% rede particular. Cruzando esses dados com a situação do trabalhador, tem-se os Gráficos 9 e 10.

4 Informação coletada no IPEADATA. Não encontramos dados mais recentes.

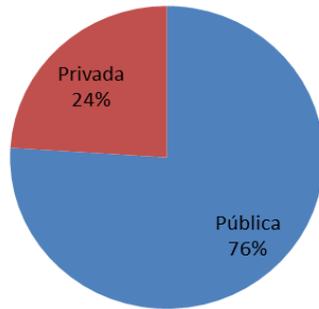


GRÁFICO 9 – Empregados por Rede de Ensino

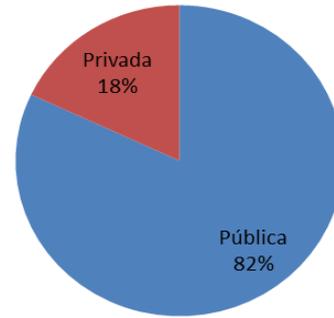


GRÁFICO 10 – Desempregados por Rede de Ensino

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD 2009.

Essas informações sugerem a hipótese da subqualificação da força de trabalho na região, dada a precariedade do ensino público em todo país, causando assim problemas como baixa renda e desigualdade. Portanto, faz-se mister relacionarmos a origem da rede de ensino com variáveis que dão uma visão mais detalhada sobre as consequências da baixa qualificação da força de trabalho.

Dessa forma, a Tabela 9 mostra dado sobre a rede de ensino e a posição na ocupação dos trabalhadores.

Tabela 9 – Rede de Ensino por Posição na Ocupação

Rede de Ensino	Posição na Ocupação						
	Empregados	Trabalhador Doméstico	Conta própria	Empregador	Trab.não remunerado da unidade domiciliar	Outro trabalhador não remunerado	Trab. na construção para o próprio uso
Pública (%)	74	99	81	28	88	69	100
Privada (%)	26	1	19	72	12	31	0
Totais	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD 2009.

Destaca-se a grande diferença entre os empregados em ambas as redes de ensino, bem como a mesma diferença na categoria de empregadores. Essa tabela leva a entender que dos trabalhadores que se situam na categoria de Empregadores, 72% optam por estudar na rede de ensino privada, talvez isso se dê, hipoteticamente, por possuírem melhores condições financeiras. Em situação inversa estão os Empregados que, em sua maioria (74%), encontram-se na rede pública de ensino, sendo esta, ligeiramente, mais diversificada, pois possui uma parcela mais representativa de trabalhadores domésticos e por conta própria.

### 3.3 Condição Familiar

Observa-se que a condição familiar é fator de fundamental importância quando se refere ao estudo do trabalhador pobre. De fato, estudo da pobreza como fenômeno econômico só tem coerência tomando como base a família. A PNAD oferece informações muito proveitosas para o esse levantamento. De início, os dados informam que 40% dos entrevistados na pesquisa se declaram na condição de filhos, logo após os cônjuges, com 24%. Isso será um fator positivo para o trabalho, considerando que os trabalhadores pobres têm uma representatividade grande de jovens, como visto no primeiro capítulo.

Quando questionados pelo pesquisador de campo sobre o motivo de permanecerem residindo com a família, 54% dos entrevistados responderam que a principal causa é financeira, seguidos por 38% que alegam morar por vontade própria. Desse mesmo resultado, 72% afirmaram que pretendem se mudar e constituir novo domicílio no futuro breve.

Utilizando a variável Condição na Unidade Familiar para verificar dados com relação ao emprego e ao desemprego dos membros das famílias, tem-se a Tabela 10, onde percebe-se que dos componentes familiares, o que possui maior percentual na categoria de Desempregados são os “filhos”, o que é natural, levando em conta que nessa contagem estão aqueles ainda muito jovens ou que dedicam-se exclusivamente aos estudos. A informação alarmante dentro dessa tabela é o alto percentual de cônjuges desempregados (51%), ou seja, um número significativo de famílias tem sobrevivido com um dos chefes de família sem emprego.

TABELA 10 - Condição Familiar por Empregados e Desempregados.

	<b>Empregados (%)</b>	<b>Desempregados (%)</b>	<b>Total (%)</b>
Cônjuge	48,95	51,05	100
Filho	39,05	60,95	100
Outro parente	40,82	59,18	100
Agregado <sup>5</sup>	48,19	51,81	100
Pensionista <sup>6</sup>	79,45	20,55	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD 2009.

<sup>5</sup> Definição: pessoa que não é parente da pessoa de referência da unidade domiciliar (ou da família) nem do seu cônjuge e não paga hospedagem nem alimentação. (PNAD, 2009)

<sup>6</sup> Definição: pessoa que não é parente da pessoa de referência da unidade domiciliar (ou da família) nem do seu cônjuge e paga hospedagem ou alimentação; empregado doméstico - pessoa que presta serviço doméstico remunerado, em dinheiro ou somente em benefícios, a membro(s) da unidade domiciliar (ou da família); ou parente do empregado doméstico - pessoa que é parente do empregado doméstico e não presta serviço doméstico remunerado a membro(s) da unidade domiciliar (ou da família).

O número médio de componentes na família nordestina, de acordo com os microdados, é de 3,85 (a média nacional é de 3,73). Em relação ao tipo de família, a Tabela 11 fornece informações relativas ao tipo de família. Percebemos, claramente, que nas famílias compostas por “Casais”, há um predomínio de empregados. O dado preocupante na tabela encontra-se referente às “mães solteiras”<sup>7</sup> que em todos os 3 tipos descritos na tabela estão com maior representatividade nos Desempregados. Tal quadro familiar é muito propício ao enfrentamento de dificuldades financeiras, devido a ausência de um parceiro que complemente a renda.

TABELA 11 - Tipo de Família por Empregados e Desempregados

<b>Tipo de Família</b>	<b>Empregados (%)</b>	<b>Desempregados (%)</b>	<b>Total (%)</b>
Casal sem filhos	60,85	39,15	100
Casal com todos os filhos menores de 14 anos	60,09	39,91	100
Casal com todos os filhos de 14 anos ou mais	51,54	48,46	100
Casal com filhos menores de 14 anos e de 14 anos ou mais	45,45	54,55	100
Mãe com todos os filhos menores de 14 anos	48,41	51,59	100
Mãe com todos os filhos de 14 anos ou mais	46,75	53,25	100
Mãe com filhos menores de 14 anos e de 14 anos ou mais	34,69	65,31	100
Outros tipos de família	49,18	50,82	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD 2009.

Todas as disposições caracterizadas até o presente momento ilustram bem a situação da força de trabalho na Região Nordeste com relação a condição familiar. Essas informações vistas afetam diretamente a renda dos domicílios, por isso é fundamental correlacionarmos essas variáveis com relação a renda dos indivíduos, o que vamos abordar no próximo tópico desse capítulo, que tratará especificamente sobre rendimentos.

Por fim, concluímos esse momento alertando para dois pontos que se destacaram em relação a condição familiar para os trabalhadores que são: a) Uma significativa parcela de cônjuges e filhos ainda não possuem alocação no Mercado de Trabalho, o que pode fortalecer a hipótese de que um considerável número de rendimentos familiares no Nordeste provenham unicamente dos chefes de família (em especial os homens); b) Grande quantidade, na amostra, de mães solteiras chefiando famílias.

<sup>7</sup> Utilizamos esse termo para representar a condição de mãe como única responsável financeira pelo domicílio, não definindo, necessariamente, o estado civil das mesmas.

### 3.4 Renda

Na fundamentação teórica abordada no primeiro capítulo, viu-se que a renda é uma variável fundamental no estudo da pobreza, essa importância é tão acentuada que se tem utilizado-a bastante como *proxy* para as demais.

Nesse trabalho, procurou-se fugir dessa metodologia, por acreditar-se que restringe em demasiado um fenômeno tão complexo como a pobreza. Nesse momento, discutir-se-á, com base no banco de dados da pesquisa, questões relativas a renda, correlacionando-a com variáveis anteriormente estudadas.

De início informa-se que constantemente serão lançados dados referentes a Renda Individual e Renda Domiciliar, levando em conta a importância de se agregar essas duas estatísticas. O Gráfico 11 mostra o rendimento médio das pessoas ocupadas para todas as regiões e Brasil. Preocupante é a situação do Nordeste, apresentando as mais baixas rendas tanto em relação ao indivíduo quanto ao domicílio. O Sudeste, como de esperado, lidera as estatísticas, enquanto o Sul, surpreendentemente, apresentou baixos níveis.<sup>8</sup>

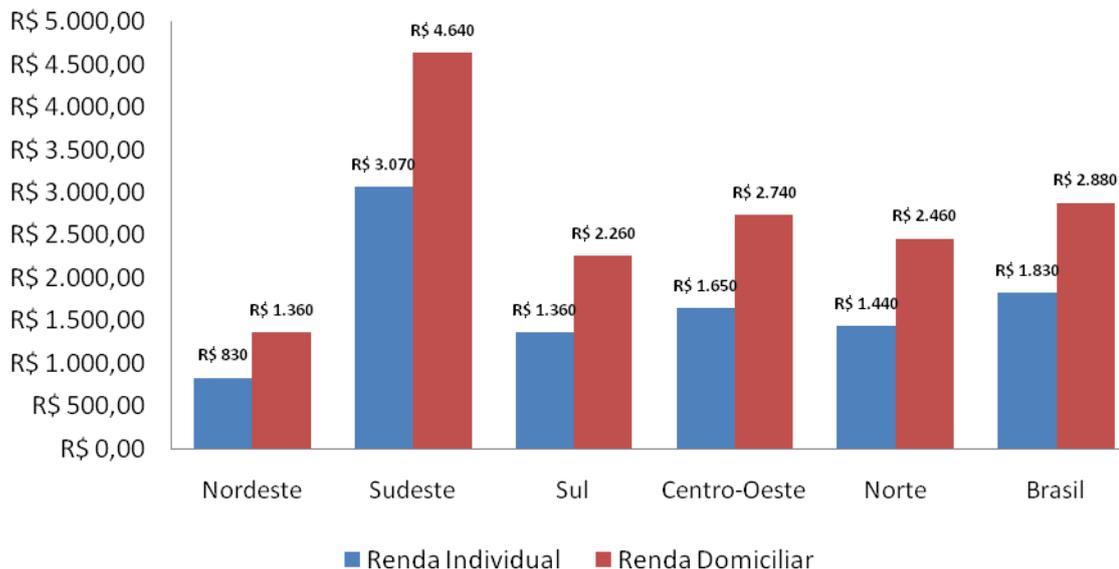


GRÁFICO 11 - Renda Média Individual e Domiciliar para Grandes Regiões e Brasil

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD 2009.

Caso se tome como base a Faixa de Rendimento Mensal Domiciliar per capita,

<sup>8</sup> A causa disso despertou bastante interesse no decorrer da pesquisa, porém como não se trata do objeto de estudo desse trabalho, foi relevado.

essa informação anterior será corroborada com os dados da Tabela 12, onde 77% dos entrevistados ganham rendimentos de, no máximo, um salário mínimo. Essa estimativa é alarmante e demonstra a enorme desigualdade de renda a qual a região está inserida, o que perpetua ainda mais o círculo vicioso da pobreza.

TABELA 12 - Faixa de Rendimento Mensal Domiciliar per capita – NORDESTE.

<b>Faixa de Rendimento</b>	<b>%</b>	<b>% Acumulada</b>
Sem rendimento	0,75	0,75
Até ¼ salário mínimo	17,81	18,56
Mais de ¼ até ½ salário mínimo	31,55	50,11
Mais de ½ até 1 salário mínimo	27,07	77,18
Mais de 1 até 2 salários mínimos	15,29	92,47
Mais de 2 até 3 salários mínimos	2,73	95,2
Mais de 3 até 5 salários mínimos	1,89	97,09
Mais de 5 salários mínimos	1,55	98,64
Sem declaração	1,36	100
<b>Total</b>	<b>100</b>	

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD 2009.

Verificando as estatísticas de renda segundo o sexo, tem-se os resultados contidos na Tabela 13, onde os homens apresentam, em todas as faixas de renda, superioridade em relação às mulheres, em destaque para as rendas acima de 10 salários mínimos, que apresentam maior discrepância, mostrando que a região não é somente desigual em relação ao total de indivíduos inseridos no Mercado de Trabalho (como mostrado na última tabela), mas também em relação aos sexos.

TABELA 13 - Faixa de Rendimentos dos Trabalhadores por Sexo

<b>Faixa de Rendimento</b>	<b>% de Homens</b>	<b>% de Mulheres</b>	<b>Total (%)</b>
Até 1 salário mínimo	53,17	46,83	100
Mais de 1 até 2 salários mínimos	77,68	22,32	100
Mais de 2 até 4 salários mínimos	70,84	29,16	100
Mais de 4 até 6 salários mínimos	76,26	23,74	100
Mais de 6 até 8 salários mínimos	72,09	27,91	100
Mais de 8 até 10 salários mínimos	69,38	30,62	100
Mais de 10 salários mínimos	70,48	29,52	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD 2009.

Pode-se utilizar as mesmas faixas de renda da Tabela 13 para verificar a situação dos rendimentos por raça ou cor dos indivíduos. A Tabela 14 mostra os resultados, onde se

confirma o que foi constatado no início do capítulo, uma predominância da raça parda em quase todo Mercado de Trabalho, porém, quando se trata das faixas salariais mais altas (de 6 salários em diante), estas são apropriadas pelos trabalhadores de raça branca, mesmo possuindo menos da metade (30%) do total de trabalhadores em relação aos pardos (63%), essa constatação remete às raízes do desenvolvimento histórico brasileiro e a grande desigualdade de riqueza entre raças que fez parte da história brasileira.

TABELA 14 - Faixa de Rendimento dos Trabalhadores por Raça/Cor

<b>Faixa de Rendimento</b>	<b>% Brancos</b>	<b>% Negros</b>	<b>% Pardos</b>	<b>Total (%)</b>
Até 1 salário mínimo	26,66	7,10	66,24	100
Mais de 1 até 2 salários mínimos	32,75	7,56	59,69	100
Mais de 2 até 4 salários mínimos	43,55	4,53	51,93	100
Mais de 4 até 6 salários mínimos	37,16	2,77	60,06	100
Mais de 6 até 8 salários mínimos	53,67	6,00	40,33	100
Mais de 8 até 10 salários mínimos	64,31	3,14	32,55	100
Mais de 10 salários mínimos	50,28	6,68	43,04	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD 2009.

Em relação ao Estado Civil dos entrevistados da PNAD, tem-se os resultados na Tabela 15, onde há uma razoável predominância de casados e solteiros com relação ao recebimento de rendimentos oriundos do trabalho, sendo que aqueles se apropriam da maior parcela de faixa de mais alta renda (63,29%). Um fato é que somente na mais baixa faixa de renda que os solteiros realmente se aproximam bastante dos casados, com uma diferença percentual muito pequena, afinal, nesse estrato há uma quantidade considerável de jovens inseridos no mercado que fazem parte da força de trabalho na condição de estagiários, menores aprendizes ou bolsistas, elevando, assim, essa estatística, enquanto os casados, em sua maioria, são chefes de família com filhos e demandam empregos com maior faixa salarial para manter o domicílio, o que, infelizmente, não acontece sempre, como temos constatado nos resultados.

TABELA 15 - Faixa de Rendimento dos Trabalhadores por Estado Civil

<b>Faixas de Rendimento</b>	<b>% Solteiros</b>	<b>% Casados</b>	<b>% Divorciados</b>	<b>% Viúvos</b>	<b>Total (%)</b>
Até 1 salário mínimo	47,59	49,03	1,30	2,08	100
Mais de 1 até 2 salários mínimos	29,99	63,79	2,14	4,08	100
Mais de 2 até 4 salários mínimos	25,10	69,94	3,76	1,19	100
Mais de 4 até 6 salários mínimos	15,94	79,21	3,56	1,29	100
Mais de 6 até 8 salários mínimos	19,66	73,56	4,75	2,03	100
Mais de 8 até 10 salários mínimos	17,60	75,20	6,80	0,40	100

Mais de 10 salários mínimos 29,11 63,29 4,49 3,11 100

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD 2009.

Utilizou-se, também, dados referentes à educação e renda, dado que ambas possuem um alto nível de correlação. A Tabela 16 mostra informações relativas a rede de ensino (pública ou particular), os dados mostram uma grande quantidade de trabalhadores, que ainda estudam, pertencentes a rede pública de ensino e que recebem menos de 1 salário mínimo, o que não é um resultado surpreendente, dados os problemas enfrentados pelas escolas públicas em todo país e que é de conhecimento de todos.

TABELA 16 - Faixa de Rendimento dos Trabalhadores por Rede de Ensino

Faixa de Rendimento	% Rede Pública	% Rede Particular	Total (%)
Até 1 salário mínimo	90,91	9,09	100
Mais de 1 até 2 salários mínimos	59,72	40,28	100
Mais de 2 até 4 salários mínimos	29,76	70,24	100
Mais de 4 até 6 salários mínimos	32,00	68,00	100
Mais de 6 até 8 salários mínimos	28,57	71,43	100
Mais de 8 até 10 salários mínimos	33,33	66,67	100
Mais de 10 salários mínimos	43,48	56,52	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD 2009.

O nível de escolaridade também se coloca como um fator predominante nesse estudo. A Tabela 17 diz que quanto maior o Nível de Instrução de um trabalhador, maior a probabilidade deste ter altos rendimentos em seu trabalho. Nas três maiores faixas de rendimentos, os trabalhadores que possuem Nível Superior completo estão com mais de 40% de representatividade, enquanto, por exemplo, os que têm nível fundamental completo, nessas mesmas faixa, juntos, não somam 12%.

TABELA 17 - Faixas de Rendimento dos Trabalhadores por Nível de Escolaridade

Faixas de Rendimento	Sem Instrução (%)	Fundamental incompleto (%)	Fundamental completo (%)	Médio incompleto (%)	Médio completo (%)	Superior incompleto (%)	Superior completo (%)
Até 1 salário mínimo	14,59	39,35	11,16	9,52	22,76	1,57	1,04
Mais de 1 até 2 salários mínimos	7,01	23,66	12,97	7,53	37,33	4,65	6,85
Mais de 2 até 4 salários mínimos	2,10	9,76	4,80	3,30	46,88	8,39	24,77
Mais de 4 até 6 salários mínimos	0,58	5,12	9,21	1,54	45,39	7,89	30,26
Mais de 6 até 8 salários mínimos	1,66	6,98	2,66	3,65	22,59	8,64	53,82
Mais de 8 até 10 salários mínimos	0,00	3,88	3,49	2,33	18,60	6,98	64,73

Mais de 10 salários mínimos	6,24	16,33	4,88	1,93	18,59	7,14	44,90
-----------------------------	------	-------	------	------	-------	------	-------

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD 2009.

Para finalizar o estudo, irá se cruzar mais algumas informações, no sentido de agregar mais componentes ao perfil do trabalhador pobre que está se traçando, lembrando que boa parte dos trabalhos que lidam com o mesmo tema que o desse trabalho (estudados no primeiro capítulo) trazem as variáveis condição familiar, educação e renda como as mais importantes na caracterização dessa classe.

Os dados da Tabela 18 fornecem informações referentes à ocupação dos indivíduos. A categoria Empregado possui uma grande representatividade nessa pesquisa, também é o que agrega maior número de trabalhadores em todas as faixas de renda, inclusive na mais alta. Porém, há de se levar em conta a superioridade numérica dessa categoria frente às demais dentro da PNAD.

TABELA 18 - Faixas de Rendimento dos Trabalhadores por Posição na Ocupação

Faixas de Rendimentos	Empregado (%)	Trab. Doméstico (%)	Conta própria (%)	Empregador (%)	Total (%)
Até 1 salário mínimo	55,14	12,73	31,60	0,54	100
Mais de 1 até 2 salários mínimos	72,81	1,35	23,20	2,64	100
Mais de 2 até 4 salários mínimos	75,90	0,19	14,76	9,16	100
Mais de 4 até 6 salários mínimos	74,72	0,00	11,48	13,80	100
Mais de 6 até 8 salários mínimos	71,86	0,00	10,85	17,29	100
Mais de 8 até 10 salários mínimos	69,02	0,00	9,80	21,18	100
Mais de 10 salários mínimos	58,82	1,71	17,63	21,84	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD 2009.

Dados referentes à Previdência Social também foram levantados. Na tabela 19 vemos que a relação rendimento/contribuição é diretamente proporcional, pois a faixa menor de salário possui o número menor de contribuintes e, ao aumentarmos as faixas de rendimentos, vê-se um certo aumento de contribuintes. O curioso é que na maior faixa de rendimento existe uma queda acentuada do número de contribuintes, contrastando acentuadamente com a tendência dos dados.

TABELA 19 - Faixa de Rendimento dos Trabalhadores por Contribuição para Previdência Pública no Nordeste

Faixa de Rendimentos	Sim (%)	Não (%)	Total (%)
Até 1 salário mínimo	24,56	75,44	100
Mais de 1 até 2 salários mínimos	65,56	34,44	100
Mais de 2 até 4 salários mínimos	78,47	21,53	100
Mais de 4 até 6 salários mínimos	82,33	17,67	100
Mais de 6 até 8 salários mínimos	77,74	22,26	100
Mais de 8 até 10 salários mínimos	82,95	17,05	100
Mais de 10 salários mínimos	58,26	41,74	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD 2009.

Também coletou-se dados sobre contribuição para o regime de Previdência Privada, mas não considerou-se relevante para o estudo, devido a grande diferença de representatividade, afinal 98,76% do total da mão-de-obra no Nordeste não contribui com tal regime.

Por fim, a Tabela 20 remete à relação entre o que há entre renda e carga horária de trabalho durante a semana. Vê-se que na baixa carga horária de trabalho apresenta um percentual baixo de representação estatística, a categoria “41 às 44hs” apresenta um significativo percentual de representantes em todas as faixas de rendimentos, inclusive na de maior rendimento, enquanto os baixos rendimentos apresentam maior concentração nas carga horárias medianas (16 às 39hs e 41 as 44hs). A tabela permite concluir que há uma carga horária semanal de trabalho “média-alta”, com uma parcela significativa de trabalhadores gastando mais tempo em seu trabalho do que o previsto em lei.

TABELA 20 - Faixa de Rendimento dos Trabalhadores por Carga Horária de Trabalho Semanal no Nordeste – em %.

Faixas de Rendimentos	até 14hs	16 às 39hs	41 às 44hs	46 às 48hs	49hs ou mais
Até 1 salário mínimo	8,69	34,31	30,13	11,75	15,12
Mais de 1 até 2 salários mínimos	0,65	14,56	38,49	18,66	27,64
Mais de 2 até 4 salários mínimos	1,42	28,01	10,59	21,02	38,96
Mais de 4 até 6 salários mínimos	0,63	13,09	59,38	8,12	18,77
Mais de 6 até 8 salários mínimos	0,33	19,27	51,83	6,64	21,93
Mais de 8 até 10 salários mínimos	1,94	15,89	48,45	5,81	27,91
Mais de 10 salários mínimos	2,94	19,68	43,89	9,16	24,32

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD 2009.

### 3.5 Síntese

Diante do tão grande número de informações contidos ao longo do trabalho, decidiu-se, para encerrar essa seção, sumarizar os mais relevantes resultados no Quadro 2.

<b>Dados Gerais</b>	
<b>Sexo</b>	Masculino
<b>Raça/Cor</b>	Parda
<b>Estado Civil</b>	Casado
<b>Idade</b>	19 a 29 anos
<b>Posição na Ocupação</b>	Empregado
<b>Carga Horária Semanal</b>	41 a 44 Horas
<b>Contribuinte da Previdência Pública</b>	Não
<b>Renda Média</b>	R\$ 830,00
<b>Educação</b>	
<b>Nível de Escolaridade</b>	Ensino fundamental incompleto
<b>Frequenta Escola</b>	Não
<b>Rede de Ensino que frequenta/frequentou</b>	Pública
<b>Anos de Estudo</b>	5,5
<b>Condição Familiar</b>	
<b>Tipo de Família</b>	Casado com filhos menores de 14 anos
<b>Componentes na Família</b>	3,55
<b>Renda Domiciliar</b>	R\$ 1.360,00

QUADRO 2 - Síntese da Pesquisa sobre o Trabalhador Pobre no Nordeste brasileiro.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os levantamentos feitos desde o início deste trabalho serviram para que se possa inferir informações relativas ao trabalhador pobre no Nordeste brasileiro. O terceiro capítulo, em especial, fornece subsídios estatísticos muito importantes e a partir das informações coletadas e resumidas no quadro acima, acredita-se que é fundamental traçar metas para políticas e programas que tenham esses indivíduos como público-alvo, tendo em vista representarem uma considerável parcela da população. O perfil do trabalhador, segundo as mais importantes considerações da literatura foi traçado (mesmo com as dificuldades de adaptações das metodologias) e pode-se ver os resultados no Quadro 2 do capítulo anterior.

A linha de ação sugerida é trabalhar na variável Educação, tendo em vista os alarmantes dados encontrados no decorrer do trabalho, tais como baixos anos de estudo, alta defasagem escolar e níveis de escolaridade muito aquém do desejado. Investir numa maior permanência dos jovens no ensino é um desafio que deve ser alcançado com urgência, os dados da PNAD informam que a faixa etária média em que os indivíduos passam a trabalhar na região é entre 10 e 14 anos (no Brasil é entre os 15 e 17). É fato que começar a desenvolver uma atividade remunerada não significa, necessariamente, abandonar a escola, porém aumenta bastante a probabilidade disso acontecer e pode prejudicar o desempenho dos alunos ao longo dos anos.

Com relação à pesquisa, se reconhece que ainda há muito a ser desenvolvido nesse âmbito temático. Entretanto, tal disposição não é exclusiva desse trabalho, mas abrange todos os estudos que tratam de assuntos relacionados à pobreza e, em especial, a temática do trabalhador pobre.

Portanto, defendemos que é necessário um olhar especial para o Nordeste, não somente por parte do Governo Federal, mas também, e principalmente, dos governos locais, no sentido de criar oportunidades e aproveitar potencialidade com o objetivo de dinamizar a região, para, então, toda a população ter melhores oportunidades de emprego e renda e alimentar a esperança de um futuro mais digno.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Tarcício P.; LIMA, Aldemir do V. S.; LIMA, Roberto A. **NORDESTE: Economia e Mercado de Trabalho**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 11, n. 29, p. 55-77, 1997.

ARAÚJO, Tânia B. **Herança de Diferenciação e Futuro de Fragmentação**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 11, n. 29, 2005

AZEVEDO, D. C.; BURLANDY, Luciene. **Política de combate à pobreza no Brasil, concepções e estratégias**. Revista Katálysis, vol. 13, n.2, 2010.

BAGOLIN, I.P.; COMIM, F.V. **Pobreza extrema e seus tríplexes fundamentos: profundidade, persistência e multiplicidade**. Revista de Economia, v.38. Curitiba, 2012.

BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre o desenvolvimento mundial 2000/2001**. Luta contra a pobreza. Panorama Geral. Washington, 2000.

BARROS, R.P.; CARVALHO, M.; FRANCO e MENDONÇA, R. **A queda recente da desigualdade de renda no Brasil**. IPEA, Texto para Discussão, nº 1258. Rio de Janeiro, 2007.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **O Conceito histórico de desenvolvimento econômico**. FGV, 2006.

BUSS, P.M. **Globalização, pobreza e saúde**. Anais do VIII Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva. Rio de Janeiro, 2006.

CADORE, E. **Nível sócio econômico e grau de escolaridade: relação com as oportunidades para o desenvolvimento infantil**. EFDeportes.com, Revista Digital. Buenos Aires, 2012.

CARVALHO, Fernanda Ferrario. **A extinção da SUDENE : um marco das transformações na política de desenvolvimento regional no Brasil**. Campinas, São Paulo, 2006.

CASTRO, Inez Silvia B.; VIDAL, Antônio Ricardo N. **Desequilíbrios Fiscais na Região Nordeste**. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 42, n.2, p 393-408, Jun., 2011.

CONSELHO EUROPEU. **Conclusões da Presidência do Conselho Europeu de Março de 2000**. Disponível no site [http://ue.eu.int/ueDocs/cms\\_Data/docs/pressData/pt/ec/00100-r1.p0.htm](http://ue.eu.int/ueDocs/cms_Data/docs/pressData/pt/ec/00100-r1.p0.htm). Acesso em 29 de Julho de 2011.

CORAZZA, Gentil. **O “regionalismo aberto” da CEPAL e a inserção da América Latina na Globalização**. Ensaios FEE, v.27, n.1, p.135-152. Porto Alegre, 2006

DEDECCA, C.S.; JUNGBLUTH, C.; TROVÃO, J.B. **A queda recente da desigualdade: relevância e limites**. Unicamp, 2008.

DINIZ, Clélio Campolina. **A Questão Regional e as Políticas Governamentais no Brasil**. Texto para Discussão nº 159. CEDEPLAR, Belo Horizonte, 2001.

EBEKE, C.; YOGO, T. **Remittances and the Prevalence of Working Poor**. Centre D'Etudes et de Recherches sur le Developpement International, 2011.

EUROSTAT. **Statistiques em bref: populations et conditions sociales**, 2012.

FGV. **A Nova Classe Média: o lado brilhante dos pobres**. Rio de Janeiro, 2010.

FRANÇA, G.; GASPARINI, C.; LOUREIRO, P.R. **Relação entre escolaridade e renda no Brasil na década de 1990**. Banco do Nordeste – ETENE, 2012.

Food and Agriculture Organization. **Cross sectorial policy impacts between forestry and other sectors**. Rome, 2003.

GARCIA, A.V.; TUMOLO, P.S. **Pobreza: reflexões acerca do fenômeno**. Revista ABET, vol. VIII. 2009

GTDN. **Uma política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste**. SUDENE, 2 ed. Recife, 1967.

HOFFMAN, R. **Mensuração da desigualdade no Brasil**. IPEA, Rio de Janeiro, 2000.  
International Labour Organization. **World of Work Report**. ILO. Geneva, 2011

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Contas Regionais do Brasil 2004-2008**. Contas Nacionais, n. 32. Rio de Janeiro, 2010.

JACKSON, A. **Are wage supplements the answer to the problems of the working poor?** Canadian Centre for Policy Alternatives, 2006.

LE MOS, José Jesus de S. **Mapa da exclusão social no Brasil: Radiografia de um assimetricamente pobre**. 2ª Ed. BNB – Fortaleza, 2008.

MARTINI, R. A. **Um ensaio sobre os aspectos teóricos e metodológicos da Economia da Pobreza**. UFMG/CEDEPLAR. Texto para discussão, nº 369. Belo Horizonte, 2009.

MASSUQUETTI, A.; FRANCO JUNIOR, M.C.N. **O Sul e o Nordeste do Brasil: uma análise das diferenças no desenvolvimento sócio-econômico destas regiões**. II Encontro de Economia Catarinense. Chapeco, 2008.

KEMMERLING, A. **Taxing the Working Poor: the political origins and economic consequences of taxing low wages**. Edward Elgar Publishing, 2009.

KLEIN, M; RONES, L. **A profile of the working poor**. Monthly Labor Review, 1989.

OLIVEIRA, F. **Elegia para uma re(li)gião: Sudene, Nordeste, planejamento e conflito de classes**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

PEDRÃO, F. **Celso Furtado, o retorno a polêmica fundamental**. Revista Economia Política, vol.31, no. 2. São Paulo, 2011.

PIRES, D.C.A.; LONGO, L.A.F de B. **A implantação do Bolsa-família e sua relação com a pobreza nas regiões brasileiras no período de 2004 e 2006.** Anais do XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP. Minas Gerais, 2008.

POCHMANN, M. **Indicadores de Pobreza e Pobreza dos Indicadores.** Carta Social e do Trabalho, v. 4, p. 56-63, 2006.

PONTHIEUX, S. **The working poor as a statistical category:** methodological difficulties and exploration of a notion of poverty in earned income. Institut National de la Statistique et des Etudes Economoques, 2009.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Relatório de Desenvolvimento Humano 2003.** Human Development Report Office. New York, 2003.

ROCHA, S. **Pobreza no Brasil: afinal de que se trata?.** Editora FGV. Rio de Janeiro, 2003.